

Instituto Politécnico de Coimbra

Instituto Superior de Contabilidade
e Administração de Coimbra

Telma Liliana Simões Rodrigues

A IMPORTÂNCIA DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NAS MAIORES EMPRESAS DA ZONA CENTRO

A importância dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nas Maiores Empresas da Zona Centro

Telma Liliana Simões Rodrigues

ISCAC|2021

Coimbra, julho de 2021



Instituto Politécnico de Coimbra

Instituto Superior de Contabilidade
e Administração de Coimbra

Telma Liliana Simões Rodrigues

A importância dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nas maiores empresas da zona Centro

Projeto submetido ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de **Mestre em Gestão Empresarial**, realizada(o) sob a orientação da Doutora Maria de Fátima Conde e coorientação da Doutora Clara Viseu.

Coimbra, julho de 2021

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Declaro ser o(a) autor(a) deste projeto, que constitui um trabalho original e inédito, que nunca foi submetido a outra Instituição de ensino superior para obtenção de um grau acadêmico ou outra habilitação. Atesto ainda que todas as citações estão devidamente identificadas e que tenho consciência de que o plágio constitui uma grave falta de ética, que poderá resultar na anulação da(o) presente projeto.

Agradecimentos

À Doutora Fátima Conde e à Doutora Clara Viseu, por se mostrarem disponíveis para comigo efetuar esta caminhada.

Um obrigado muito especial aos meus pais e ao meu irmão, por me terem acompanhado em mais uma grande etapa da minha vida e por me apoiarem de forma incondicional em todas as minhas decisões.

Aos meus sogros, por sempre terem acreditado em mim, mesmo quando eu própria já não acreditava.

Ao meu namorado Miguel, por toda a paciência, amor e por em mais uma etapa da minha vida se mostrar o melhor companheiro do mundo.

Resumo

Quase a meio do caminho traçado como o final da Agenda 2030, esta investigação procura analisar qual o nível de reconhecimento deste grande projeto, e de que forma estão ou não as entidades da zona Centro, das mais diversas dimensões e idades no mercado, a apoiar essa iniciativa e a apostar nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. O estudo realizou-se através da divulgação de questionários, e os resultados vieram a demonstrar-se surpreendentes, dado que denotam algumas lacunas e insuficiências que já não seriam de esperar quando apenas restam 9 anos para se findar a Agenda em causa, tais como desconhecimento ou dificuldade em colocar em prática os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Sugere-se ainda alguns procedimentos a ter em conta no imediato, para contornar a situação, nomeadamente apostar na divulgação do tema ao sector mais jovem, nas escolas, bem como criar novos incentivos por parte do Governo às entidades que adaptem a sua estratégia empresarial à perspectiva dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Palavras-chave

PME; Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; ODS; Sustentabilidade; Desenvolvimento Sustentável; Agenda 2030.

Abstract

Almost halfway along the path outlined as the end of the 2030 Agenda, this investigation seeks to analyze the level of recognition of this great project, and how are or not entities in the Center region, of the most diverse dimensions and ages in the market, supporting this initiative and to bet on the Sustainable Development Goals. The study was carried out through the dissemination of questionnaires, and the results came to be surprising, as they show some gaps and insufficiencies that would no longer be expected when there are only 9 years left to finish the Agenda in question, such as lack of knowledge or difficulty in putting into practice the Sustainable Goals. It is also suggested that some procedures should be taken into account immediately, to overcome the situation, namely investing in the dissemination of the theme to the younger sector, in schools, as well as creating new incentives by the Government to entities that adapt their business strategy to the perspective of the Sustainable Development Goals.

Keywords

PME; Sustainable Development Goals; Sustainability; ODS; Sustainability Sustainable development; 2030 agenda.

Índice

Introdução

1 – ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	12
1.1 – A importância da Sustentabilidade	12
1.1.1 – Breve perspetiva histórica.....	12
1.1.2- Responsabilidade Social Empresarial	16
1.1.3- Desenvolvimento Sustentável	20
1.1.4 - Fatores relevantes na adesão das empresas ao conceito de desenvolvimento sustentável.....	23
1.1.5 – Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	28
1.1.6 – Impactos imediatos da pandemia Covid-19 na implementação dos ODS36	
1.2 – Desenvolvimento Sustentável em Portugal.....	40
1.2.1 – Organizações Portuguesas.....	40
1.2.3– Objetivos e metas prioritários em Portugal.....	44
2 – OBJETIVOS E METODOLOGIA	47
2.1 – Objetivos	47
2.2 – Técnicas de recolha e análise de dados	47
3- APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS	48
3.1- Caracterização da amostra	48
3.2 – Conhecimento dos ODS	50
3.3- Influência dos ODS na estratégia Empresarial	52
3.4- Projetos da Empresa ligados à perspetiva dos ODS.....	54
3.5- Grau de dificuldade em incorporar a perspetiva dos ODS nos seus investimentos	68
3.6 - Grau de benefício da inclusão da perspetiva dos ODS em investimentos ..	72
Conclusão	74
Referências Bibliográficas	77

Lista de Figuras

Figura 1- Distribuição da idade das empresas da amostra.	49
Figura 2- Conhecimento da Aprovação da Agenda 2030.....	50
Figura 3 - Conhecimento da Aprovação da Agenda 2030, por idade no mercado..	51
Figura 4–Grau de importância dos ODS na visão das empresas.	53
Figura 5- Influência dos ODS na Estratégia Empresarial.	53
Figura 6- Distribuição do empenho das empresas em relação ao ODS1	55
Figura 7- Distribuição do empenho das empresas em relação ao ODS2.....	56
Figura 8- Distribuição do empenho das empresas em relação ao ODS3.....	56
Figura 9 - Distribuição do empenho das empresas em relação ao ODS4.....	57
Figura 10- Distribuição do empenho das empresas em relação ao ODS5.....	58
Figura 11- Distribuição do empenho das empresas em relação ao ODS6.....	59
Figura 12- Distribuição do empenho das empresas em relação ao ODS7.....	60
Figura 13- Distribuição do empenho das empresas em relação ao ODS8.....	60
Figura 14- Distribuição do empenho das empresas em relação ao ODS9.....	61
Figura 15- Distribuição do empenho das empresas em relação ao ODS10.....	62
Figura 16- Distribuição do empenho das empresas em relação ao ODS11.....	63
Figura 17- Distribuição do empenho das empresas em relação ao ODS12.....	64
Figura 18- Distribuição do empenho das empresas em relação ao ODS13.....	65
Figura 19- Distribuição do empenho das empresas em relação ao ODS14.....	65
Figura 20- Distribuição do empenho das empresas em relação ao ODS15.....	66
Figura 21- Distribuição do empenho das empresas em relação ao ODS16.....	67
Figura 22- Distribuição do empenho das empresas em relação ao ODS 17.....	68
Figura 23- Nível de Dificuldades das Empresas em Desenvolver Conhecimento Técnico-Científico.	69

Figura 24- Nível de Dificuldade das Empresas em Identificar Ligação dos Projetos com os ODS. 69

Figura 25- Nível de Dificuldade em Reorientar os Projetos Sociais em curso, com vista a uma maior conexão com os ODS 70

Figura 26- Grau de Benefício da Inclusão da perspectiva dos ODS na Melhoria do Ambiente de Negócios 73

Índice de tabelas

Tabela 1 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.	35
Tabela 2 - Distribuição de responsabilidades, com os ODS, em Portugal.	44
Tabela 3- ODS prioritários em Portugal	45
Tabela 4- Número de Colaboradores das empresas da amostra.	48

Lista de abreviaturas

APEE- *Associação Portuguesa de Ética Empresarial*

BCSD- *Business Council for Sustainable Development*

CMMAD- *Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento*

CNADS - *Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável*

CNUMAD - *Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento*

FAO - *Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura*

FDC- *Fundação Dom Cabral*

IDS – *Indicadores de Desenvolvimento Sustentável*

INE - *Instituto Nacional de Estatística*

IPAD- *Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento*

MNE – *Ministério de Negócios Estrangeiros*

ODM- *Objetivos de Desenvolvimento do Milénio*

ODS- *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*

OIT- *Organização Internacional do Trabalho*

ONU- *Organização das Nações Unidas*

PME – *Pequenas e Médias Empresas*

RRS- *Revista Responsabilidade Social*

RSE – *Responsabilidade Social Empresarial*

SIDS- *Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável*

UE – *União Europeia*

Introdução

Dada a crescente necessidade de preocupação com assuntos da índole ambiental e social, surge cada vez mais a necessidade de fazer chegar o assunto a cidadãos comuns e a entidades, visto se tratar de um assunto que deve abranger todas as pessoas, com adaptação de escolhas quotidianas.

É no estudo da importância dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nas empresas da zona Centro, que se prende a nossa investigação. A escolha deste tema decorreu da pertinência e da atualidade deste desafio no universo empresarial, e também porque se encontramos no meio do prazo estipulado para o cumprimento dos ODS.

A população inquirida, neste estudo, foram as Pequenas e Médias Empresas (PME) da zona Centro de Portugal, dado que é esta a maioria da constituição do tecido empresarial português.

Foram obtidas 71 respostas válidas *online* e 30 escritas, que serviram de amostra ao nosso estudo empírico.

Relativamente à análise de dados, a metodologia estatística adotada baseou-se na análise descritiva simples das várias questões presentes no questionário, cujos resultados foram apresentados em gráficos e tabelas.

Quanto à estrutura do projeto, num primeiro capítulo faz-se uma breve perspetiva histórica pelo mundo da Sustentabilidade, introduz-se o conceito de Responsabilidade Social Empresarial (RSE), mencionam-se fatores revelantes para as empresas na adesão ao conceito de Desenvolvimento Sustentável, dando a conhecer a Agenda 2030 e os ODS, que entraram em vigor em 2015, bem como os impactos que a pandemia Covid-19 veio trazer aos desenvolvimentos da Agenda, nos últimos 2 anos. No capítulo seguinte, fazemos uma análise nacional ao Desenvolvimento Sustentável, apresentamos os Responsáveis pela Implementação da Agenda 2030 no nosso país e listamos os ODS prioritários em Portugal. Por fim, no último capítulo, procedemos à análise da parte empírica do projeto, através dos recursos ilustrativos e conclusões da análise dos mesmos.

1 – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

“Os recursos naturais da Terra incluindo o ar, a água, a terra, a flora e a fauna e especialmente amostras representativas dos ecossistemas naturais devem ser preservados em benefício das gerações presentes e futuras, mediante uma cuidadosa planificação ou ordenamento” (Organização das Nações Unidas (ONU), 1972: 3).

Sustentabilidade é um conceito que atualmente já integra o léxico comum do cidadão, desde o âmbito publicitário, na agenda mediática, etc... mas para chegarmos a este ponto foram precisos muitos anos para atingir tamanho protagonismo, pelo que se torna importante vislumbrar os avanços que se foram fazendo sentir ao longo dos anos.

1.1 – A importância da Sustentabilidade

1.1.1 – Breve perspectiva histórica

É no século XX que surge a maior corrente de preocupação quanto a assuntos ambientais, facto que poder-se-á ter devido a dois acontecimentos, primeiro ao forte movimento ambientalista e ativismo social dos anos 60, e em segundo às crises petrolíferas dos anos 70. Surge, nesta altura, uma extra preocupação também junto da sociedade civil, através de uma pressão crescente no sentido de incutir às empresas a necessidade de assumirem responsabilidades ambientais. Concomitantemente, verifica-se da parte governamental, também, uma maior exigibilidade quanto à transparência e pedido de divulgação de informações sobre os esforços dedicados ao ambiente, bem como à sociedade, seja através de relatórios de *performance*, quer através da própria criação de códigos de conduta que venham a reger a sua forma de agir.

Sustentabilidade, na realidade, foi sempre uma noção que contactou connosco desde os nossos tempos mais primórdios, através, por exemplo, da agricultura. No entanto, o seu primeiro registo efetivo data de 1714, feito por Hanscarl Von Xarlowitz, na obra *Sylvicultura oeconomica oder Naturmässige Anweisung zur Wilden Baum-Zucht (Forest Economy or Guide to Tree Cultivation Conforming with Nature)* (Bosselmann; 2008), na qual o autor sugeria uma gestão sustentável ligada à indústria das madeiras. Através da sua proposta, calculava o número de árvores cortadas por unidade de tempo, número esse que lhe garantia continuidade.

Em 1969, Perroux definiu desenvolvimento como a “combinação de transformações de ordem mental e social duma população, que lhe possibilitam um aumento cumulativo e duradouro do seu produto real global” (Perroux, 1969: 179).

Em 1974, na *Declaração de Cocoyoc*, realizada no México, surgiu novamente o termo “Sustentabilidade”, no entanto a sua verdadeira difusão ocorreu com a sua menção no conhecido *Relatório Brundtland*, publicado em 1987, em que se definia como sendo, “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades da geração presente, não comprometendo a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades” (Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), 1987: 46).

É também no *Relatório Brundtland*, que se apresentam algumas medidas imprescindíveis para que o Desenvolvimento Sustentável aconteça, tais como: gerir o crescimento populacional; garantir os recursos básicos de vida, a longo prazo; preservar os ambientes e o ecossistema; diminuir o consumo energético, apostando em fontes de energia renovável, entre outras (CMMAD, 1987).

Em 1992, de acordo com o *Programa de Ação para o Desenvolvimento Sustentável*, dos quais a responsável foi a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, conferência Rio-92, como popularmente era conhecida, discutia-se já o peso da educação na Sustentabilidade:

“A educação desempenha assim um papel fundamental na promoção do Desenvolvimento Sustentável e no aumento da capacidade das pessoas para abordar questões do meio ambiente e de desenvolvimento. Para ser eficaz, a educação sobre o meio ambiente e o desenvolvimento deve abordar a dinâmica do desenvolvimento, tanto do meio físico/ biológico e do socioeconómico, como do desenvolvimento humano” (Organização das Nações Unidas (ONU), 1992: 264).

Serageldin (1995) representava o Desenvolvimento Sustentável como um triângulo de três vértices, nos quais eram eles, o parâmetro social, o parâmetro económico e o parâmetro ambiental. No triângulo proposto existia assim uma manutenção do crescimento e do capital, bem como uma boa gestão dos recursos naturais existentes. Para este autor existiam 4 tipos de capital: o capital que era criado por humanos, que era o gerado na atividade industrial; o capital natural – bens naturais cedidos pela própria Natureza; capital Humano, que era fundamental para a estratégia de desenvolvimento, bem como o capital Social, que era a base institucional e cultural da sociedade.

Em 1995, surgiu também a ideia que ao implementar corretamente, quanto ao nível das questões ambientais, poderíamos conseguir consagrar mais lucros para as nossas empresas, como na redução de certas emissões de gases ou na emissão de gases menos prejudiciais (Porter e Linde, 1995).

Ainda nos anos 90, ao nível da divulgação, surgem, por parte das empresas, as primeiras emissões dos rótulos “verdes”, ou “amigos do ambiente”, que vinham sendo uma chamada de atenção, ou uma estratégia de *marketing*, com o intuito de aumento e melhoria de imagem (Heemskerk, Norton e Dehn, 2004).

Ao nível de operações, muitas empresas começam a expor a sua informação quanto a três dimensões: quanto à parte económica da entidade, começam a divulgar o desenvolvimento das variáveis numerárias; começam também a divulgar informação quanto ao nível relacional, no âmbito da comunicação, por exemplo, e a divulgar informação quanto ao ambiente, sugerindo que se contribua para a sua não danificação (Kolk e Mauser, 2002; Shrivastava e Hart, 1995).

Em 1998, autores como Pádua, Tabanez e Reigota afirmavam que a educação ambiental propiciava tomada de conhecimento, mudança de atitudes, pelo que esse sistema de educação seria uma “luz ao fundo do túnel”, uma possibilidade de mudança de comportamentos.

Ekbohm e Bojo (1999) afirmavam existir uma relação entre crescimento populacional, pobreza e problemas ambientais, sendo que não apontavam que essa relação fosse meramente prejudicial. Algo que diversos autores vinham a contrariar, afirmando que a degradação ambiental poderia ser associada ao crescimento populacional, dado que acarretava consigo a necessidade de ter espaço para viver e cultivar alimentos para todos, pelo que, as consequências do Desenvolvimento Sustentável funcionavam como que um “globo de neve” (Mink, 1993; Dasgupta, 2003), e a este fenómeno chamavam “Causação Cumulativa”.

Em 2001, no *Livro Verde: Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas*, surge o termo Responsabilidade Social Empresarial (RSE), que se define como sendo a atitude das empresas decidirem **voluntariamente**, contribuir para construir uma sociedade com base na justiça, e numa melhor qualidade ambiental. Mas em 2002, surge uma revalidação deste termo, por parte da Comissão Europeia, que veio propor uma nova definição, sendo esta agora “...o contributo das empresas para o Desenvolvimento Sustentável” (Comissão das Comunidades Europeias, 2001: 7).

Também, no ano 2001, foram criadas duas teorias antagónicas, na sua grande parte apoiadas por economistas, na qual se distinguia Sustentabilidade forte (ecocentrismo) de Sustentabilidade fraca (tecnocentrismo). Ecocentrismo trata-se da afirmação da não substituição do Capital Natural por qualquer outro tipo de capital, apelando à preservação do que a Natureza nos cedeu. Por outro lado, o Tecnocentrismo afirmava que onde faltasse capital, arranjar-se-ia uma solução, dado que apenas defendia as não quebras do capital, colocando em causa a questão da valorização do próprio ecossistema (Vivien, 1994).

Já no ano de 2002, em Joanesburgo, sob a organização da ONU, foi realizada a chamada *Rio +10*, que marcava os dez anos após a *Rio-92*, na qual se reforçou o apelo ao setor privado de investir na sua pegada na sociedade, através de mais consciencialização e responsabilidade quanto ao ambiente, alterando padrões de produção e investindo na ecoeficiência do setor produtivo.

Segundo Ferreira (2008), o termo Sustentabilidade está inteiramente ligado a necessidades sociais, daí o uso da palavra no contexto de equilíbrio.

Em 2015, no artigo *Policy: Five priorities for the UN Sustainable Development Goals*, já se alegava a forma errada como os consultores científicos lidavam com os problemas ambientais, como por exemplo nos níveis de CO₂, os autores mencionavam que se alegavam valores muito diferentes dos reais, valores esses que deveriam estar na ordem dos 2°C e que na realidade estavam muito longe desse patamar, dada a nossa pegada ecológica, o que com o falso otimismo passado, só acabava por ir piorando, em vez de se fazer algo para reverter a situação (Nakicenovic, Visbeck e Stevance, 2015).

“Desde o ano 2015, cada vez mais Governos e empresas de todo o mundo vêm caminhando em uma direção comum: os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU” (WayCarbon, 2019)¹.

Em suma, a palavra Sustentabilidade abarca assim as dimensões ambiental, social e económica, daí o seu múltiplo uso na linguagem corrente e a forma crescente como a mesma é utilizada. Isto diz respeito, à preservação dos recursos naturais, através, por exemplo, da opção pelas energias renováveis, em prol das energias fósseis; na dimensão social, através da tentativa de imposição da igualdade de género, ou mesmo da tentativa de reduzir as disparidades sociais na população; e na terceira e última dimensão, a

¹ Mais informações disponíveis em <https://blog.waycarbon.com/2019/03/ods-incorporados-pelas-empresas/> (último acesso em 20 de junho de 2021).

dimensão económica, trata-se de eficiência. Sustentabilidade, em suma, é o balanço que existe entre as três perspetivas.

Com o número crescente de empresas e com a rivalidade ascendente no mercado, cabe, também, a estas o encontro das melhores condições para a sociedade, não prejudicando o futuro das sociedades vindouras, crescendo assim a necessidade de cooperar com o conceito de RSE, que a seguir se descreve de forma mais completa.

1.1.2- Responsabilidade Social Empresarial

RSE é um conceito que pode ser interpretado de várias formas e em diferentes contextos (Santos e Dias, 2008), e que foi ganhando diferente grau de importância com o tempo (Almeida, 2007).

Até início do século XVI, entendia-se que o propósito principal das empresas era repartir os seus lucros pelos acionistas (Ashley, 2002), no entanto em 1916, Henry Ford, presidente e acionista maioritário da *Ford Motor Company*, decidiu que os dividendos não seriam repartidos pelos acionistas, como já era habitual. Decidiu que iriam ser utilizados para fins públicos, algo que para John e Horace Dodge foi uma provocação, visto que, na sua opinião, não era para esses fins que os dividendos deveriam ser utilizados. O processo em causa, em 1916, foi alvo de apreciação da Suprema Corte do Michigan que, dadas as circunstâncias na altura, se posicionou do lado dos acionistas, defendendo que os valores em causa deveriam, de facto, ser utilizados pelos acionistas e não pela sociedade, provando que a prática de atitudes socialmente responsáveis era, ainda, condenável e julgada (Ashley, 2002).

Segundo Freeman e Hasnaoui (2011), a primeira menção à RSE data do ano de 1926, por Clark, que na altura veio tentar propor algumas responsabilidades às empresas.

Nos anos 30, dados os efeitos negativos da Grande Depressão e da Segunda Guerra Mundial, começaram a fazer-se sentir movimentos opostos aos sentidos até então, colocando agora as empresas em voga com a possibilidade de apoiar no desenvolvimento social (Ashley, 2002).

Em 1953, o tema da RSE começou a ser debatido com mais frequência, com a publicação da obra *Responsibilities of the business man*, de Bowen, na qual vinha sistematizado o conceito, daí que ainda hoje o designam como o pai da RSE (Instituto Português de Corporate Governance- Monteiro, s.d.)².

É nos anos 60, com a Guerra do Vietname, nos Estados Unidos da América, conflito do qual alguns saíram sacrificados, mas outros saíram até beneficiados, que se começam a questionar os valores das empresas. Em 1962, para contrariar o crescimento do tema no quotidiano da população, o economista Friedman veio afirmar que esta responsabilidade social da qual se vinha falando, era uma responsabilidade do Governo, e não das empresas em si, pelo que seria um erro destas últimas apostar na sua aplicação, visto que estariam a desviar atenção do que mais interessava, o lucro. A opinião de Friedman veio tomar proporções elevadas, vindo mesmo a recordar a opinião proferida por Levitt, em 1958, que proferia que este conceito não passava de uma moda, pelo que não se lhe devia dar grande importância, e que se houvesse alguém a ter de se preocupar com estas questões, as mesmas não seriam da alçada das empresas (Levitt, 1958).

A partir da década de 70, os valores das empresas passaram a ser mencionados nos relatórios de carácter social, os denominados Balanços Sociais. O primeiro Balanço Social divulgado foi em 1972, pela empresa Singer, sediada na França, país pioneiro na obrigatoriedade de elaborar Balanços Sociais, em 1977, com a Lei 77.769, de 12 de julho, na qual estabelecia que empresas com mais de 750 colaboradores ficavam, a partir desta altura, obrigadas a elaborar o dito relatório. Ação que se seguiu por outros países.

Em 1976, Davis definia RSE como sendo as responsabilidades que vão para além da dimensão económica, ou seja, as responsabilidades éticas, ambientais e societárias (Davis, 1975). Esta foi uma visão marcante na história do conceito, dado que foi a partir desta altura que algumas empresas conseguiram entender a sua definição, e que começaram a partilhar do seu ideal.

² Mais informações disponíveis em <https://cgov.pt/base-de-dados/artigos-e-estudos/326-a-responsabilidade-social-das-empresas-rse> (último acesso a 20 de maio de 2021).

Ainda na década de 80, Jones veio definir o conceito de RSE, como sendo o que vai para além do que está na lei e do que é exigido pelos próprios acionistas, tocando assim na esfera externa e, conseqüentemente, nos *stakeholders* da empresa. Em 1984, Drucker traçou uma linha no que tocava à ligação entre RSE e resultados financeiros, ao que se concluiu que estas são variáveis que se complementam, pelo que apostar na RSE poderá ser o caminho para se alcançarem melhores resultados.

No final da década de 90, 90% do número de empresas do ranking da Fortune 500³ mencionavam a RSE nos seus relatórios anuais (Lee, 2008). Carrol, em 1999, já discutia a relação entre os termos Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável com RSE, visto que nesta altura já se começavam a verificar leis e obrigações sobre o tema, bem como uma maior familiaridade com o conceito, dado o número crescente de relatos.

Em 2001, a RSE foi designada como “A integração voluntária de preocupações sociais e ambientais por parte das empresas, nas suas operações e na sua interação com outras partes interessadas” (Comissão Das Comunidades Europeias, 2001: 4).

No *Livro Verde* da Comissão Europeia de 18 de junho de 2001, afirma-se que a “responsabilidade social é passível de se revestir de valor económico direto” (Comissão Europeia, 2001: 4), pelo que através desta mesma fonte é reconhecida a oportunidade de vantagem competitiva.

Numa comunicação sobre “uma nova estratégia da União Europeia (UE) para o período de 2011- 2014”, a Comissão Europeia (2011: 7), retirou o carácter voluntário à definição anterior de RSE, entendendo que esta é uma responsabilidade global e não voluntária como até então.

Outros autores defendem que Responsabilidade Social é também um fator competitivo no mercado, tendo um peso vasto no que toca à decisão de criar relações com o público externo (clientes, comerciais, fornecedores, etc...) (Neto e Froes, 1999).

³ Ranking publicado anualmente pela revista Fortune, das 500 maiores empresas dos Estados Unidos da América.

De acordo com Oliveira, a RSE deve ser tida em conta no que diz respeito às suas duas dimensões, interna e externa. RSE Interna diz respeito a condições de trabalho, condições de segurança, salários e forma de gerir os seus recursos humanos, por exemplo, enquanto que, na sua dimensão externa diz respeito à forma como fomenta a relação a longo prazo com os clientes, fornecedores e acionistas (Oliveira, 2007).

Atualmente, vivemos em plena era de desafios para as empresas, que partem por adaptar-se às novas circunstâncias, como, por exemplo, ao aumento da competição com o alargamento dos mercados, através da mudança de mentalidades, no âmbito social e humano, entre outras.

Bowen, Appiah e Okafor (2020) realçam a importância das práticas e políticas de responsabilidade dos clientes, que até então não eram tidas em conta, e que agora, pós pandemia Covid-19, será algo essencial. Conforme mencionado neste artigo, “A pandemia de 2019-2020 não é uma mudança ambiental de curto prazo, mas provavelmente impactará os negócios por muitos anos, portanto a velha maneira de ver os negócios, apenas através das lentes ambientais e de competência, provavelmente é menos eficiente” (2020:1).

Num período de renascimento, como este, é essencial ganhar a confiança e a credibilidade do mundo externo, e uma das formas passa por reforçar o processo de planeamento estratégico da empresa, bem como o processo de tomada de decisões, tendo em conta o bem-estar da entidade, tal como das demais partes interessadas, incluindo os clientes e sociedade em geral.

“Adotar práticas de RSE é importante porque sinalizam uma nova maneira de fazer negócios, de maneira positiva e abrangente” (Bowen; Appiah; Okafor, 2020:10).

Em suma, se Mintzber (1980) afirmava que RSE era indispensável, em 2020 a opinião continua a ser a mesma, mas agora de forma mais coerciva, dadas as repercussões da pandemia Covid-19.

Torna-se muito importante o reforço da RSE, dado que está inteiramente ligada ao Desenvolvimento Sustentável, uma mudança de paradigma que não depende apenas do

Governo, mas sim de todos e de cada um, tendo as empresas um grande peso na equação. Se as empresas inculcirem princípios que vão ao encontro da RSE na sua estratégia, só têm a ganhar, através de resultados como a melhoria e promoção da imagem; aumento de valor e até melhoria do relacionamento com os *stakeholders*, ao mesmo tempo que estão a investir em melhores condições de vida para todos.

Tal como aconteceu com os dois conceitos abordados anteriormente, também o Desenvolvimento Sustentável obriga a que haja participação ativa de todos, consistindo numa seleção de escolhas mais justas.

1.1.3- Desenvolvimento Sustentável

Desenvolvimento Sustentável consiste em esclarecer o conceito “limite”, também incluso na capacidade de suporte do nosso ambiente à satisfação das nossas necessidades.

Para que haja Desenvolvimento Sustentável, é necessário que haja harmonia entre desenvolvimento da economia, preservação do ambiente e Sociedade (CMMAD, 1987). Este equilíbrio tempos a tempos, veio a tornar-se mais completo com elementos adicionais, propostos por vários pensadores, tais como: Tecnologia, Valores Culturais, Paz, Política, Segurança e Arranjos Institucionais. É necessário harmonizar os processos ambientais com os socioeconómicos, maximizando a produção dos ecossistemas, para favorecer as necessidades das gerações presentes e futuras.

Desenvolvimento Sustentável é o equilíbrio entre economia menos regenerativa; mais coesão social; mais conservação ambiental e mais democracia e transparência na sociedade, o que por um lado veio impor consciencialização dos limites ecológicos, hoje dificilmente questionáveis, mas por outro acarretou múltiplas definições diferentes, pelo que mais confusão e até alastramento de críticas e contestações, sendo que se destacam duas, sendo elas, conforme citado por Schmidt, Truninger, Guerra e Prista (2018):

- Crescimento e desenvolvimento como algo paralelo, e não situações antagónicas, pelo que é possível investir em ambas ao mesmo tempo;
- O facto de até o discurso sobre desenvolvimento ser um conflito de interesses entre países do Norte e países do Sul, dado que segundo alguns autores também este faz transparecer as desigualdades entre ambos (Latouche, 2005; Beck, 2009; Redclift e Springett, 2015). Estes autores afirmavam, inclusive, que os problemas apontes pelos países do Norte eram os dados como urgentes e globais.

Esta segunda crítica foi inclusivamente reiterada por Francisco (2015), solicitando através de uma das suas cartas, que as nações procurassem um modelo de desenvolvimento que fosse verdadeiramente sustentável e que não trouxesse consigo o caminho para a derradeira destruição das sociedades.

O Crescimento Económico é o caminho, mas sem a adoção de um modelo de desenvolvimento diferente não o alcançaremos, dado que este é apenas um dos requisitos para o seu alcance, daí que tendo que começar a trabalhar e a apostar em algo, Desenvolvimento Sustentável é uma boa opção. Um caminho longo, mas que passa por repensar pequenos gestos, como o consumo diário de bens, a forma como simples atitudes poderão mudar todo um cenário ruim para um cenário idílico, digno de bem-estar para todos.

A noção de Sustentabilidade põe em causa a forma correlacionada como produção e consumo se relacionam, bem como o modo de vida de cada um influencia, ou tem capacidade de influenciar, a vida de muitos outros (Jackson, 2009).

Produção e consumo é assim uma relação a controlar. Já em 2009, Jackson afirmava que comprar mais barato e com menos qualidade não era sinónimo de mais felicidade. Felicidade não deriva do nosso nível mais abrupto ou não do consumo, dado que nós até poderemos recorrer a um nível de vida mais minimalista e viver de forma igualmente plena, ou até com mais felicidade, do que alguém com um estilo de vida consumista. Não se trata de suspender o consumo, porque aliás o mesmo não é possível, nem para bens

básicos, nem para bens acessórios, mas sim a forma equilibrada como gerimos esta relação.

Na ótica desta relação, aquilo que cada qual pode fazer é tomar como critério, aquando da aquisição de todo e qualquer bem, em vez do preço, da cor e da qualidade, também a sua carga nociva ou não na capacidade regenerativa do planeta, no entanto não chega, dado que pesquisas mais recentes afirmam que nem só disto alcançamos o pleno, pondo, inclusive, o consumo como um momento, e não só como uma forma de estar. Consumo como momento para se pôr em prática valores, capacidades, conhecimentos e competências, sendo que momentos desses são reconhecidos todos os dias, nas nossas práticas normais do dia-a-dia (Warde, 2017).

É necessário atingir o ponto do consumo, no qual nem se abusa nem se inibe. A partir de um dado ponto, o consumo já não gera bem-estar, mas sim coisas negativas, bem como a sobre-exploração dos recursos, algo que devíamos gerir, tendo em conta, a capacidade regenerativa do planeta e a existência de populações no futuro, com a necessidade de usufruírem desses mesmos recursos.

Consumo e desperdício são, no fundo, duas faces da mesma moeda. Conforme o estudo realizado em 2016, *Sustentabilidade - Primeiro Grande Inquérito em Portugal* por Schmidt, Truninger, Guerra e Prista, publicado em 2018, verificamos que para os portugueses, o consumo desmedido poderia ser revertido com ações como promover o comércio de proximidade, rotular produtos com a informação do peso que acarretam para o planeta, ou mesmo realizar mais campanhas a alertar para a mudança que se exige de padrões de consumo. Algo muito positivo quanto a este tema que se fez notar no estudo supracitado, foi o facto de maior parte dos inquiridos, representantes de toda a população portuguesa, 59,2% da população, afirmar que estaria disposto a mudar e reduzir padrões de consumo, dando ainda bastante importância à questão de valorização de produção nacional e local, bem como a distribuição justa de salários para os trabalhadores. Note-se que os 59,2% que indica estar disposto a mudar hábitos já anteriormente criados, a nível do consumo, são os que também têm uma maior tendência a ser autónomos quanto à questão de agir a favor da preservação do seu *habitat*, bem como incentivar ao albergio dos valores ecológicos. Apesar de que para uma sociedade como a nossa, ainda “crua” no reconhecimento de medidas urgentes de mudança de padrões, ainda é difícil e será, alterar hábitos que com o tempo se foram cimentando e que agora estão por si só

bastante enraizados, hábitos que se tornaram crescentes a partir de 1980, aquando da opção de créditos fáceis e primeiras melhorias de qualidade de vida, que vieram assim tapar os olhos às desigualdades vigentes na sociedade, que ainda hoje não se apagaram.

O conceito de Desenvolvimento Sustentável, em suma, foi atraindo de forma crescente mais e mais atenção por parte das empresas, que vinham desejando mais liberdade quanto ao exporem e opinarem sobre políticas ambientais e estratégias empresariais.

Desenvolvimento Sustentável é um termo multifacetado pelos seus variadíssimos significados, mas também muito ligado entre as mais diversas dimensões, ou seja, por muito variada que se torne a relação do termo com as dinâmicas, é ao mesmo tempo muito “simples”, dado que todas se encontram ligadas e dependentes. Assim, qualquer métrica que se adote para aferir o nível de desenvolvimento, não deve ser apenas um processo de avaliação quantitativo. Ele obriga, também, a condições de ordem qualitativa.

1.1.4 - Fatores relevantes na adesão das empresas ao conceito de desenvolvimento sustentável

Quando falamos de Sustentabilidade nas organizações, temos de falar no desafio de gerir “necessidades dos *stakeholders* diretos e indiretos de uma firma (...), sem comprometer também a sua capacidade de cumprir as necessidades de futuros *stakeholders*” (Dyllick e Hockerts, 2002: 131).

O próprio mundo externo vai se adaptando às formas de interagir de uma empresa, através de estímulos rececionados, optando por lidar com a mesma ou não, dependendo da imagem que a mesma deixar trespassar para a sociedade (Lee, 2008).

Em 2011, Ditlev-Simonsen e Midttun ancoravam já aos gestores a responsabilidade de ter o Desenvolvimento Sustentável como principal meta a atingir. Para Bansal e Roth (2000) as empresas tomam a dita responsabilidade na sua atividade, quando têm na sua

mente a noção dos rendimentos económicos, bem como a vantagem e visibilidade que poderão alcançar com a mesma.

Apesar de crítico, o conceito de Desenvolvimento Sustentável já conseguiu por si mudar formas de agir, de pensar e até de gerir as atividades quotidianas, como verificamos nas mudanças das atuações das empresas, que começam a apresentar propostas inovadoras para uma nova economia, mais sustentável, mais verde, e de maior bem-estar (Ferrão, 2014).

No Desenvolvimento da vantagem corporativa há vários fatores a pesar, desde os valores e cultura da empresa; a relação com os *stakeholders*, até aos ganhos económicos expectáveis. Quanto ao peso dos valores e cultura da empresa, podemos realçar a opinião de Lozano (2015), que afirma que este será o fator central no que diz respeito a Sustentabilidade corporativa, dado que é o que faz variar a forma como a mesma a leva a cabo. Já no que diz respeito ao peso que a imagem da empresa e a relação com o mundo externo têm, crê-se que cada vez mais será pesante no nosso quotidiano, dado que é do mundo externo que as empresas vivem, O último fator é a procura de melhores resultados financeiros e de maior vantagem competitiva, o que, obviamente, é sempre algo que tem de pesar nas decisões, visto ser essencial à gestão de capital.

Engert e Bawmgartner (2016) afirmam que o nível de Sustentabilidade corporativa numa empresa varia consoante os ideais, a sua forma de gestão e a sua comunicação, pelo que cabe a cada qual avaliar a sua posição e adaptar a mesma ao seu ideal de responsabilidade social corporativa.

A Sustentabilidade torna-se assim parte da forma de agir da empresa, inclusive, no processo de tomada de decisões, pelo que a definição, a longo prazo, da visão da empresa deve ser algo extremamente sério, dado que deve demonstrar a clientes, fornecedores e restantes *stakeholders* a forma como pensam e agem.

“A elaboração e publicação de um plano para a Sustentabilidade na empresa é a melhor forma de começar. Pode então programar as medidas que considera necessárias à mudança, bem como estabelecer critérios claros e mensuráveis para aferir o progresso

relativamente aos objetivos traçados” (Guia de Boas Práticas “Empresas e Sustentabilidade”, s.d.: 44)⁴.

Um líder tem de saber lidar com a responsabilidade do seu cargo e estar preparado para constantes mudanças e atualizações, como da forma de agir e comunicar da sua empresa, dado que os mesmos terão de saber adaptar-se às necessidades do próprio mundo externo. Muitas das vezes estas tarefas poderão justificar a dificuldade sentida por parte das empresas em colocar em prática o que está correto, visto que em estudos como Garcia (2019), ainda se denota esse obstáculo.

Muitas PME's ainda pensam, que as práticas de RSE são práticas a ter em conta por parte de empresas de maior dimensão, o que na verdade não é correto, visto que mais facilmente uma PME se adapta a uma nova realidade que uma empresa de grande dimensão, dada toda a envolvente que um processo de mudança obriga.

As empresas ao se preocuparem com o meio ambiente, para além de fazerem bem a si mesmas, estão, também, a aumentar visibilidade e criar credibilidade no mercado. Cada vez mais é uma curiosidade do consumidor conhecer os valores e preocupações das empresas, o que poderá estar a fazer com que o cenário empresarial neste momento esteja numa altura de mudança, dado que no estudo de Pereira (2020) já se vislumbrava um lote de empresas a aplicar práticas de RSE na sua estratégia empresarial⁵, apesar de que ainda de forma rudimentar e lenta. Este é um cenário que poder-se-á vir a reverter com o apoio do Estado, por exemplo, com o esclarecimento a gestores do conceito de RSE e das formas possíveis de adaptar o mesmo à sua atividade, através de formações e apoios. No sentido da certificação e do aumento de visibilidade, existem várias formas de alcance, como a certificação ISO 14000.

A Certificação ISO 14000 é um leque de várias normas, todas viradas em torno de uma melhor gestão ambiental, com o objetivo central de reduzir impacto no meio ambiente. Prende-se acima de tudo com a correta forma da empresa se gerir

⁴ Disponível em https://www.cm-arganil.pt/agenda21local/docs/Projecto/Guia%20Boas%20Praticas_Empresas.pdf. (Consultado em 20 de julho de 2021).

⁵ No estudo de Pereira (2020) a amostra eram empresas na zona de Aveiro, mas do qual se supuseram resultados globais, a nível nacional.

ambientalmente e selecionar medidas a tomar na sua área de negócios, fazer a correta manutenção do sistema e justificar e documentar o mesmo, bem como a forma acertada de realizar correções ou mesmo ajustamentos.

No entanto, falar em certificações não se cinge apenas à ISO 14000, mas a todo um lote de outras possíveis auditorias, que apesar de, obviamente, exigirem às empresas todo um reforço de métodos e cumprimento de objetivos, é claramente uma fonte de vantagem competitiva, quer para clientes, fornecedores, investidores, etc...

Um outro exemplo de Certificação é a SA8000 – Responsabilidade Social, sendo que a sua origem data de 1989, neste caso com auditorias no âmbito das condições de trabalho da empresa, desde segurança, discriminação, a exclusão do trabalho infantil, etc. A SA 8000 é a norma mais reconhecida no mundo inteiro, dado o seu carácter internacional para fomentar o espírito de bem-estar e dignidade humana nas empresas. Esta é uma certificação que acarreta consigo também vantagens para a entidade, desde compromissos com a sociedade, a construção de relações duradouras e fomentadas no espírito que se pretende com os seus *stakeholders* (SGS Portugal, s.d.)⁶.

Uma outra norma é a AA1000, esta que tem como objetivo averiguar a Qualidade da Responsabilidade Social da empresa, bem como a correta divulgação dos relatórios à sociedade. Esta é uma norma que surgiu em 1999, no entanto não é certificável, é uma norma que dá as linhas às empresas da forma correta de relatar o seu desempenho no tema da Responsabilidade Social, dado que analisa, inclusive, o entendimento dos *stakeholders* sobre os impactos possíveis ao nosso negócio e a forma como a nossa imagem pode ou não ficar.

A ISO 26000 é uma norma de gestão e liderança que fornece uma orientação sobre princípios e temas subjacentes à Responsabilidade Social. Está repartida em 7 temas integrantes do conceito e que, tal como a AA1000, não é certificável, visto que não tem quaisquer requisitos, apesar de ser uma norma bastante útil para todo o tipo de

⁶ Mais informações disponíveis em <https://www.sgs.pt/pt-pt/sustainability/social-sustainability/audit-certification-and-verification/sa-8000-certification-social-accountability> , (último acesso em 24 de maio de 2021).

entidades, dado estar preparada para as mais diversas dimensões e categorias. A ISO 26000 foi promovida em 2010 e desde então, ainda hoje continua muito em voga nas empresas.

Ainda que o processo de desenvolvimento da Responsabilidade Social Corporativa já esteja a melhorar, havendo empresas que já integram na sua estratégia a RSE e se preocupem em obter certificações, conforme estudo de Pereira (2020), ainda muito há para fazer, conforme explanado em Garcia (2019). É preciso que todos os empresários tenham consciência que a adaptação das suas estratégias à RSE é vantajosa, e cada vez mais importante, podendo a mesma tornar-se fonte de vantagem competitiva, para além de que cada vez mais será um filtro para os consumidores, dadas as relutâncias de algumas entidades em aderir às boas práticas.

A divulgação de dados como Responsabilidade Social e informação financeira permite às empresas aumento de *performance* empresarial, independentemente do impacto ser positivo ou negativo, segundo Faria (2015), não colocando em causa os resultados económicos, existindo uma relação diretamente proporcional entre lucro e RSE.

“Embora, até à data, tenha sido promovida, principalmente por um conjunto de grandes empresas ou multinacionais, a responsabilidade social é pertinente para todos os tipos de empresas em todos os setores de atividade, desde as PME's até às multinacionais. A sua aplicação pelas PME's é de grande importância, uma vez que elas representam a maior contribuição para a economia e o emprego no nosso país” (Bezerra 2016: 50).

Neste sentido, apareceram os ODS, na tentativa de servirem de diretrizes para refletir na nossa forma de agir e avaliar decisões de forma mais inclusiva e justa para todos, como cidadãos comuns, bem como para entidades.

1.1.5 – Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Como já referimos, em 1987 surge o *Relatório da Comissão Brundtland*, o primeiro documento em que se refletiram propostas no que toca a Desenvolvimento Sustentável.

Em 1992 realizou-se a *Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento* (CNUMAD), denominada por *Cimeira da Terra ou Rio 92*, na qual se consentiu a tomada de consciência do “problema” da degradação ambiental mundial, presidida por mais de 100 chefes de Estado, representantes de 172 nações (ONU, 1992).

No ano de 2000 realizou-se a denominada *Cúpula do Milénio*, evento promovido pela ONU, para se debaterem os principais problemas que afetam o mundo no novo milénio. Todos os 191 Estados membros da ONU se comprometeram, a partir desta data, a tentar alcançar os 8 objetivos traçados, divididos em 22 metas, e são eles os seguintes:

- Acabar com a Pobreza e a Fome;
- Fomentar a Educação;
- Promover igualdade;
- Reduzir a mortalidade infantil;
- Melhorar a saúde das grávidas;
- Combater Doenças;
- Garantir Qualidade de Vida;
- Desenvolver Parcerias.

O consenso e os compromissos conseguidos em torno de metas comuns para a humanidade, foi muito bem acolhido, pois “nunca um conjunto de objetivos mundiais a serem alcançados por todos os países e em todos os níveis (...) foram sistematizados num único documento, com metas e indicadores claros para monitorá-los” (Okado e Quinelli, 2016: 118).

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) contribuíram para orientar a ação dos Governos nos níveis internacional, nacional e local, por 15 anos, visando apoiar e

impulsionar os mesmos a enfrentar os principais desafios sociais vivenciados nesta altura. No entanto, o que para muitos foi interpretado como algo positivo e correto, para outros foi algo muito aquém, como Easterly (2015) que defendeu que a Agenda 2015 denotava falta de coerência, precisão e assertividade. Apontava ainda que cooperação não tinha sido uma ferramenta dominante na tentativa pelo alcance do bem-estar comum e global, o que poderia justificar os não tão grandes avanços, em certos locais, o que se denotou como sendo longe de ser uniforme em todo o mundo.

No entanto, dez anos após a realização da *Cimeira da Terra*, em 2002, deu-se a *Cimeira de Joanesburgo*, na qual se manteve em discussão o tema em epígrafe. Nesta reunião, focou-se na economia a discussão, na forma como poderiam e deviam alargar esforços até ao nível corporativo de cada empresa, reforçando diálogo, incentivando ao financiamento em tecnologia de investigação e energia limpa, para que consequentemente se alcançasse um maior interesse por este tipo de temas, por parte do sector privado (ONU, 2002).

Em 2012, realizou-se a *Conferência Rio+20*, em que surgiu a ideia do lançamento dos ODS, aceitando e adaptando os antigos ODM, traçados e impostos em 2000, para um nível mais globalizado, no qual existisse interajuda, com um elevado envolvimento ativo de setores como o empresarial, que tiveram pela primeira vez, sem precedentes, a hipótese de propor as que achavam ser suas, e de todos, prioridades (ONU, 2012).

Em 2015 foi apresentado um balanço da implantação dos ODM, na tentativa de mais facilmente se avaliarem os resultados, bem como para analisar de que forma, mundialmente, se necessitava de agir e em que áreas estava a prioridade. Ainda neste ano, após análise do balanço obtido, mais concretamente no mês de setembro, foi aprovada a listagem dos ODS, que vinham agora tentar colmatar as falhas dos anteriores ODM, sendo estes uma “renovação ou ampliação dos compromissos outrora assumidos” (Okado e Quinelli, 2016: 112).

Através dos ODS “todos os seres humanos podem desfrutar de prosperidade e plenitude nas suas vidas, quer no progresso económico, social e tecnológico, em harmonia com a natureza” (Nações Unidas, 2015: 2).

Os objetivos representavam as agora prioridades globais, assumidas por mais de 190 países, na sede da ONU, em Nova Iorque, na chamada *Agenda 2030 (ONU-Resolução A/RES/70/1, 2015)*, na qual cada Estado Membro presente se responsabilizou de executar todos os esforços possíveis para atingir as metas propostas, não sendo a

responsabilidade de força coerciva, mas de força ética. Através desta consciencialização, cabia e cabe, a todos os órgãos cumprir o que a si diz respeito: ao Governo cabe acompanhar e apoiar no necessário os cidadãos; aos Parlamentos cabe promulgar leis e adotar orçamentos que venham a consciencializar e responsabilizar cidadãos, entre outros...

Os esforços não deverão ser apenas nacionais, mas também internacionais, tendo em conta, que uma das “imposições” é quanto à cooperação entre Estados Membros (Comissão Europeia, 2016; Eurostat, 2017⁷), que surge, como balanço da aplicação dos ODM (ONU, 2015).

Tendo em conta a necessidade de acompanhar processos e procedimentos, surge a necessidade de “medir progressos” e garantir que “ninguém é deixado para trás”, selecionando os respetivos indicadores globais (ONU, 2015: 12), que das 169 metas totais, se subdividem em 230, com o intuito de avaliar progressos e de repensar no que mais, ou diferente, se deverá investir, com o avançar do tempo.

No que diz respeito a avaliar o desenvolvimento dos ODS, no caso da União Europeia, existem 100 indicadores diferentes, e no caso da ONU, são apenas 51, o que levanta a questão das limitações de cada indicador.

Os cientistas estudam através dos indicadores, inter-relacionam-nos e retiram as suas próprias conclusões (Bell e Morse 2008), mas na realidade os próprios indicadores são condicionados pela própria cultura e forma de viver de cada comunidade, o que poderá limitar os resultados e análises obtidas (Espeland e Sauder, 2007). “Existe uma suposição generalizada na sociedade ocidental moderna de que as avaliações técnicas e éticas são, e devem ser, completamente separáveis” (Fredericks, 2014: 6), o que inclusive se denota também na perda de alguma informação, informação essa que é importante, mas que como é difícil de mensurar nem se tem em conta (Porter e Linde, 1995).

Os indicadores devem ser uma forma universal de ligar a sociedade, no entanto através de cada vez maior clareza na sua discussão e no seu balanço (Frey e MacNaughton, 2016). Nos diferentes conjuntos de indicativos podemos traçar iguais

⁷ Disponível em <https://ec.europa.eu/eurostat/web/products-statistical-books/-/ks-04-17-780> (consultado em 20 de maio de 2021).

indicadores, mas com métricas diferentes, o que só por si já nos vai conseguir fornecer dados distintos no final.

Anualmente, é realizado e divulgado o relatório global *The Sustainable Development Goals Report*, que faz a avaliação global das evoluções alcançadas no campo dos ODS, bem como das lacunas existentes, através dos indicadores. O 1º Relatório global divulgado foi no ano de 2016 (ONU, 2016). Em novembro de 2017 foi divulgado, por parte do Eurostat, o 1º Relatório de monitorização dos progressos dos ODS, em concreto na União Europeia, chamado de *Sustainable Development in the European union-Monitoring report on progress toward th SDGs in an EU context*, relatório este que nos vem possibilitar uma visão de curto ou longo prazo, dependendo do período, de 5 ou 15 anos (Eurostat, 2017).

A União Europeia e os seus Estados-Membros assinaram em junho de 2017, um plano estratégico que traça as grandes linhas do futuro da política europeia de desenvolvimento, assumida em três pontos baleares: em primeiro, reconhecer a forma interligada com que tudo se relaciona, desde segurança, paz, ambiente e clima, igualdade de género, etc, ou seja, a forma como desenvolvimento e melhoria se devem a todos os pontos e não só a ações isoladas de alguns. Em segundo, prioriza-se a necessidade da existência de linhas comuns para combinar ajudas ao desenvolvimento tradicional com outros recursos, bem como políticas sólidas e abordagens reforçadas da coerência política. Por fim, como ponto terceiro, “Criação de parcerias devidamente adaptadas, com uma ampla gama de partes interessadas, incluindo a sociedade civil, e com os países parceiros em todas as fases de desenvolvimento”, no sentido em que é destas que poderão advir vantagens positivas e uma redução extraordinária do esforço que cada Estado terá que fazer, dado que juntos é mais fácil e mais simples.

“A ajuda ao desenvolvimento tem um papel importante a desempenhar na implementação da Agenda 2030, promovendo uma transformação sustentável e privilegiando os países e populações mais pobres” (Fecong, 2017)⁸, dado que estas são as populações que mais necessitam de ajuda e é neste processo de interajuda, que

⁸ Mais informações disponíveis em <https://www.fecong.org/2017/05/09/o-novo-consenso-europeu-de-desenvolvimento-a-seguranca-e-as-migracoes-em-primeiro-lugar/> (último acesso em 20 de maio de 2021)

poderemos, de facto, ser mais um apoio, no processo de melhoria e desenvoltura contínua.

As áreas em que assentam estas ações mundiais, passam por erradicação da pobreza; segurança alimentar; saúde; igualdade de género; educação; redução de desigualdades; saneamento, entre outras, que mais tarde veremos, de forma detalhada.

No fundo, podemos assumir que os ODS são o resultado de sucessivas discussões, negociações e debates sobre experiências globais, e sobre aquilo que deve ser trabalhado com mais urgência, para que as boas condições de vida se mantenham oportunas e acessíveis às gerações futuras.

A ONU, com a implementação dos 17 ODS, pretende agir ao nível das esferas societária, ambiental, económica e de Governo, quer nos países desenvolvidos, quer nos países em vias de desenvolvimento, através dos quais se pretende encontrar modelos de economia mais inteligentes, que garantam políticas de regeneração e desenvolvimento construtivas, que passam por tentar reduzir a pobreza, bem como gerir de forma mais sustentável os recursos, mas para isso, implica que haja mudanças profundas (ONU, 2015).

“Primeiramente, é importante se familiarizar com os ODS e entender as oportunidades e responsabilidades que eles representam para o seu negócio” (SDG Compass, 2016: 8).

Os ODS são, de seguida, descritos de forma mais detalhada (Tabela 1):

ODS	DESCRIÇÃO
ODS 1. “Um mundo sem pobreza”	Até 2030, ninguém deverá viver em pobreza extrema. Já os antigos ODM estipulavam a redução da pobreza extrema para metade até 2015, e agora com a Agenda 2030, pretende-se que se canalizem esforços para aumentar rendimentos e consequentemente, se aliviem as cargas aos indivíduos ⁹ .
ODS 2. “Um mundo sem fome”	A intenção, com este objetivo, é erradicar a desnutrição até 2030, e promover a agricultura sustentável ¹⁰ .

⁹ Objetivo este que já vinha sendo trabalhado com os ODM (Objetivo 1).

¹⁰ Em 2019, mais de 800 milhões de pessoas não tinham o suficiente para comer, de acordo com a ONU para a Alimentação e a Agricultura (FAO). Esta era também uma das metas traçadas pelos ODM.

ODS 3. “Saúde para todos”.	Garantir acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades. Até 2030, todas as pessoas devem, assim, ter acesso à assistência médica e a medicamentos e vacinas com preços acessíveis, para que se possa continuar a evoluir ¹¹ .
ODS 4. “Educação para todos”	Até 2030, todas as crianças têm a necessidade de receber uma educação que permita futuras carreiras profissionais. Homens e mulheres devem ter oportunidades educacionais iguais, independentemente da origem étnica ou social, e independentemente de uma possível deficiência.
ODS 5. “Igualdade de direitos para as mulheres”	Mulheres devem poder participar da vida pública e política em igualdade de condições. Violência e casamentos forçados devem fazer parte do passado. Em todo o mundo, mulheres devem ter acesso à contraceção e ao planeamento familiar.
ODS 6. “Água é um direito humano”	Garantir disponibilidade de água potável e saneamento para todos, são essenciais à vida e saúde humana, daí que deve ser uma prioridade contínua. Até 2030, todas as pessoas devem ter acesso à água potável e ao saneamento básico ¹² .
ODS 7. “Energia para todos”	Até 2030, todas as pessoas devem ter acesso à eletricidade, de preferência oriunda de fontes renováveis, outra das ascendências que se tem vindo trabalhando, a nível de aproveitamento de energia hídrica, energia solar, entre outras ¹³ .
ODS 8. “Trabalho justo para todos”	Condições de trabalho justas para todos, assim como oportunidades de emprego para jovens e uma economia sustentável. Reduzir taxas de desemprego, aumentar a empregabilidade digna
ODS 9.	A industrialização deve ser sustentável, tanto em termos sociais como ambientais, e requer a criação de mais e de

¹¹ Em jeito de curiosidade, antes da pandemia covid-19 em cada cinco segundos, uma criança morria no mundo, o que perfazia um total anual de 6,6 milhões de mortes de crianças menores de 5 anos. Cerca de 300 mil mães perdiam a vida durante a gravidez ou o parto. Valores estes que agora não são de estar numa ODS, dado que em 2000 tínhamos os seguintes objetivos, e agora possuímos apenas um, no entanto mais abrangente.

1. Reduzir a mortalidade infantil;
2. Melhorar a saúde das grávidas;
3. Combater Doenças;

¹² . Apesar de tudo o que se pode dizer, ainda havia, antes da pandemia, 770 milhões de pessoas que não bebiam água potável, e 1 bilião que não tinha acesso a saneamento básico, segundo a ONU.

¹³ Antes da pandemia, ainda cerca de 1,3 biliões de pessoas viviam sem eletricidade

“Infraestrutura sustentável”	melhores postos de trabalho, além de incentivar inovações que possam contribuir para a sustentabilidade e a justiça social.
ODS 10. “Distribuição justa da renda”	Reduzir desigualdades no interior dos países e entre países ¹⁴ .
ODS 11. “Cidades habitáveis”	As cidades devem ser mais sustentáveis e verdes. Principalmente os países em desenvolvimento devem receber assistência, a fim de tornar as cidades resistentes às mudanças climáticas. Tornar ainda estes espaços seguros, resilientes e sustentáveis, dado que não há nada com um valor tão elevado quanto a sensação de segurança, e de se sentirmos bem onde quer que estejamos.
ODS 12. “Consumo e produção sustentáveis”	Reciclagem, reutilização de recursos naturais e redução de resíduos – especialmente na produção de alimentos e no seu consumo.
ODS 13. “Controlar mudanças climáticas”	Os países mais ricos precisam ajudar os mais pobres com transferência de tecnologia e também com recursos financeiros. Ao mesmo tempo, devem reduzir as suas próprias emissões de gases do efeito estufa, que tem vindo a revelar-se enormes, principalmente em grandes centros urbanos e industriais, como na China, em que o ar já se tem vindo tornando em algo irrespirável.
ODS 14. “Proteção dos oceanos”	Medidas para evitar a sobre pesca e a destruição de regiões costeiras e ecossistemas marinhos precisam de ser tomadas com urgência.
ODS. 15 “Acabar com a destruição ambiental”	Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres; gerir de forma sustentável as florestas; combater a desertificação; travar e reverter a degradação dos solos e a perda da biodiversidade.
ODS 16. “Respeito”	Todas as pessoas devem ser iguais perante a lei. Através de instituições nacionais e cooperação internacional, a violência, o terrorismo, a corrupção e o crime organizado devem ser

¹⁴ De acordo com a ONU, mais da metade da riqueza gerada fica com apenas 1% da população mundial.

a direito e leis”	combatidos de forma eficaz. Até 2030, todas as pessoas devem ter o direito a um documento de identidade e a uma certidão de nascimento. Questão completamente atual, por exemplo, com a questão dos refugiados.
ODS 17. “Um futuro mais solidário”	Reforçar meios de implementação e revitalização de parcerias globais, para o Desenvolvimento Sustentável.

Tabela 1 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Fonte: Elaboração Própria.

“A nova agenda é uma promessa dos líderes a todas as pessoas em todos os lugares. É uma visão universal, integrada e transformadora para um mundo melhor. É uma agenda para as pessoas, para acabar com a pobreza em todas as suas formas. Uma agenda para o planeta, nossa casa comum. Uma agenda para prosperidade, paz e parceria compartilhadas. Transmite a urgência da ação climática. Tem as suas raízes na igualdade de gênero e no respeito pelos direitos de todos. Acima de tudo, compromete-se a não deixar ninguém para trás.”— UN Secretary-General BAN Ki-moon (ONU, 2016).

Mas, para chegarmos a bons resultados é necessário que haja adaptação dos mais diversos públicos e esforços, inclusive do Governo. Bornemann e Christen (2021) reforçam o peso gigante do Governo na implementação e no sucesso da Agenda 2030, dado que nos Cantões Suíços, exemplo do seu artigo, apesar de existirem 4 orientações para a implementação da Agenda: Orientação para os problemas; orientação para a gestão; orientação para a estratégia e orientação para a rede, as mesmas não eram suficientes, dado que nenhuma das 4 cumpria todos os requisitos necessários (Normatividade, Extensão, Integração, Inclusão e Orientação).

Revela-se, que apesar dos esforços e avanços já notórios por parte do Governo, ainda há ajustes e adaptações a fazer, no que diz respeito à implementação da Agenda. Esta foi uma análise realizada em torno dos Cantões Suíços, no entanto é uma análise aconselhada a todas as zonas geográficas, dado que não tendo corretamente o sistema adaptado poder-se-á estar a atrasar os avanços necessários à implementação destas medidas, algo que com a pandemia Covid-19 se veio a tornar cada vez mais urgente de ponderar, visto que uma pandemia como a vivida “tornou mais evidente a necessidade de

liderança da UE na resposta a crises e emergências globais” bem como “acentua a urgência de melhorar a capacidade de resposta” (Rodrigues, 2001:3).

“Os ODS são, portanto, a articulação dos problemas ambientais, sociais e económicos mais urgentes à escala mundial e fornecem uma abordagem universal que as empresas podem utilizar para melhorar o seu desempenho no que respeita ao Desenvolvimento Sustentável” (PWC, 2017: 6).

“2020 é um marco importante no cumprimento da Agenda: depois das negociações, da aprovação do acordo global, da definição de indicadores, da apresentação de relatórios voluntários por parte de países e cidades, e da realização de debates alargados a diversos tipos de intervenientes, é tempo de agir” (Ferreira, 2020: 4), principalmente, dadas as circunstâncias com que fomos confrontados mais recentemente, a pandemia Covid-19.

1.1.6 – Impactos imediatos da pandemia Covid-19 na implementação dos ODS

Os impactos da Pandemia Covid-19 fazem-se sentir de forma grosseira, especialmente nos países e setores de população mais empobrecidos, no entanto acabam por fazer-se sentir de forma global, vindo trazer consigo resultados negativos, contrários ao que seria de esperar se a mesma não tivesse emergido, para a evolução do estado dos ODS, alguns deles provavelmente fatais no que diz respeito às metas traçadas até 2030.

A consciência deste impacto levou a ONU a recomendar a adoção de uma “Ação Política coordenada, decisiva e inovadora das principais economias do mundo e máximo apoio financeiro e técnico para as pessoas e países mais pobres e vulneráveis, que serão os mais atingidos” (ONU, 2020:1).

A pandemia chegou sem data de fim, pelo que se seguem alguns exemplos concretos quanto à posição atual dos ODS, conforme Undesa (2020):

ODS 1. “Erradicar a Pobreza”: Pessoas que vivem com menos de 1,25 dólares, que corresponde a 1,03€, em abril de 2021, por dia vivem em pobreza extrema, segundo a

definição da ONU. Quando se fala na possibilidade de grande parte da população ter já perdido ou poder ainda vir a perder a sua fonte de rendimentos, mais facilmente podemos falar em passar a linha da pobreza e, portanto, acentuar a sua vulnerabilidade.

ODS 2. “Erradicar a Fome”: Quando se trata da possibilidade de aumento de pobreza, acarretamos consigo o acréscimo de fome, derivado de ruturas de produção e mesmo do custo dos próprios alimentos.

ODS 3. “Saúde de Qualidade”: Foi no ODS 3 que se fizeram sentir resultados mais animadores, segundo o relatório de 2018 do Eurostat, no entanto resultados estes que pioraram com a pandemia Covid-19, no período compreendido entre 2020 e 2021. Os indicadores utilizados para estudar os avanços e recuos do objetivo 3 são taxas, como a taxa de mortalidade; taxa de novas infeções, etc... Uma crítica aponte aos indicadores deste objetivo deve-se ao facto de não se traçar qualquer linha para os gastos com saúde, algo que é de tão fácil medição, por exemplo, no entanto o mesmo poder-se-á dever ao facto de existir a possibilidade de obter resultados menos favoráveis (Mair, Jones, Ward, Christie, Druckman, e Lyon, 2018).

Como se tornou uma imagem comum diária durante a pandemia do Covid-19, a pressão sobre os sistemas de saúde originou uma demora nas respostas aos pedidos de socorro elevada, pelo que em vez de estarmos neste momento a caminho de saúde de qualidade estamos, sim, a regredir.

ODS 4. “Educação de Qualidade”: Em 2018, este foi um objetivo em que já se podiam ver alguns avanços, dado que já se havia elevado o número de empregabilidade de recém-licenciados, no entanto, número este que poderá ter sido revertido com a crise da pandemia do Covid-19. Com este impacto negativo em todos os setores, um dos primeiros a sentir os seus efeitos foi sem dúvida o ensino, com o encerramento dos estabelecimentos de ensino e com o início das aulas em *e-learning*, verificamos uma menor eficácia de alcance, quer por falta de equipamentos, dado que nos agregados com maiores dificuldades é um verdadeiro desafio obter meios digitais, quer por falhas de rede em tantas zonas geográficas, quer mesmo por não ser possível a substituição de um ensino presencial ser comparado à visualização de vídeos, por exemplo.

ODS 5. “Igualdade de Género”: Com o recolhimento obrigatório verificou-se um aumento da violência doméstica, estimando-se que um terço das mulheres sejam alvo de violência, segundo dados das Nações Unidas, algo que vinha a regredir os progressos verificados neste ODS no período pré pandemia.

ODS 6. “Água Potável e Saneamento”: Falhas no fornecimento de águas e dificuldades nos cuidados de limpeza necessários poderão nesta altura ser vitais no que diz respeito a propensão de certas doenças. Segundo ONU (2021), em 2021 cerca de 3 biliões de

peessoas em todo o mundo não têm como lavar as mãos com água e sabão em casa e cerca de 2,2 biliões não têm acesso à água potável.

ODS 7. “Energias Renováveis”: Neste objetivo podemos enumerar o facto de sistemas de energia renovável serem algo dispendioso, e se antes já se verificava uma incapacidade por parte da população em geral em conseguir obter os mesmos, cada vez mais os mesmos se tornarão em algo demasiado luxuoso para se poder usufruir, bem como possíveis falhas de capital humano para instalação e monitorização de sistemas renováveis poder acarretar consigo diminuições nos avanços a este nível. Em 2021 podemos verificar que o Estado Português surge na tentativa de adquirir mais fontes de energia renováveis com a criação de mais parques eólicos, e o Programa de Incentivo que foi criado de 4,5 milhões para apoiar na eficiência energética dos edifícios, e por exemplo entidades como a EDP desenvolverem vários projetos ligados ao ODS em causa¹⁵.

ODS 8. “Trabalho Digno e Crescimento Económico”: Quando colocados numa situação de risco de aumento de pobreza o que mais difícil será de alcançar será crescimento económico, quer pela suspensão de certos setores de atividade, quer mesmo pela diminuição da procura de materiais e de certos serviços prestados.

ODS 9. “Indústria, Inovação e Infraestruturas”: No que implica a pandemia com o nível de industrialização e inovação é de facto os custos que a mesma implica, bem como o receio elevado que qualquer pessoa sentirá neste momento por arriscar em negócios a fundo perdido. Os resultados definitivos do SCIE 2019 revelaram um panorama ligeiramente mais favorável que os dados provisórios divulgados em outubro de 2020 (Instituto Nacional de Estatística (INE), 2019: 64).

ODS 10. “Reduzir as Desigualdades” : No seguimento de tudo o que foi transmitido até agora, o que se verifica é uma maior dificuldade agora em reduzir as desigualdades, quer entre população ou mesmo apenas géneros distintos.

ODS 11. “Cidades e Comunidades Sustentáveis”: Num momento em que falamos em aglomerados de pessoas serem mais propícios à propagação da doença, cidades, que são locais com mais aglomerados habitacionais, são ou deverão ser alvos de cuidados redobrados no que diz respeito à segurança de si e de todos.

ODS 12. “Produção e Consumo Sustentáveis”: Num momento em que se encerram estabelecimentos por tempos indefinidos, devemos medir as nossas necessidades. Numa altura em que menores serão os nossos rendimentos, ou possíveis poupanças, há que moderar o nosso consumo e restringir as nossas aquisições ao extremamente necessário,

¹⁵ Mais informações em <https://www.edp.com/pt-pt/sustentabilidade/ods-7-energias-renovaveis-e-acessiveis> (último acesso em 17 de maio de 2021).

dado que uma altura como a que vivemos será demasiado propícia a endividamento por coisas banais.

ODS 13. “Ação Climática”: Num momento em que a nossa maior preocupação é combater um vírus, o mais provável será descuidar com outras preocupações como sejam o nosso compromisso com o nosso planeta. No entanto, apesar de todo o cenário momentâneo dos ODS da Agenda 2030, muito provavelmente este será ainda o ODS com menores fluxos, dado que se há menor produção e menor número de movimentações, com encerramento de estabelecimentos comerciais, por exemplo, também a nossa pegada ecológica deverá ser menor nesta altura. No entanto, este será um ODS a estudar de forma consecutiva no futuro, dada a pressão dos negócios em reaver toda a produção que durante a pandemia se encontrou parada.

ODS 16. “Paz, Justiça e Instituições Eficazes”: Conflitos nesta altura tendem em ser em maior número, por uma diminuição do equilíbrio das pessoas, algo que poderá impedir tomada de medidas mais eficazes contra a pandemia vivenciada.

ODS 17. “Parcerias para implementação de Objetivos”: Com o aumento da pressão verificada em tantos níveis, maior deverá ser a nossa consciência por apoiar os mais desfavorecidos e toda a população em geral, com apoios de sensibilização e solidariedade, principalmente na área da saúde, que neste momento apesar de tudo, é ainda a área em maiores apuros e dificuldades.

Em suma, o que foi verificado, tópico a tópico, é uma pequena amostra dos efeitos que a pandemia Covid-19 nos veio trazer, bem como da necessidade, agora, de esforços redobrados para alcançarmos o patamar em que estávamos antes da vivência da mesma. Esforços que poderão vir a ser alvo de uma Agenda suplementar que venha assim tentar colmatar os efeitos que se fizeram sentir durante este período, e que ainda se farão sentir enquanto a mesma se manter tão viva na nossa memória, e no nosso quotidiano.

Barbier e Burgess (2020), propõem três formas de se reerguer dos efeitos pós pandemias, e são eles: trocar subsídios por combustíveis fósseis; trocar subsídios por sistemas de irrigação abastecimento de água potável e saneamento, bem como adotar um imposto para a emissão de carbono tropical, dado que estas seriam alternativas que nos permitiriam alcançar, com maior rapidez e eficácia, estabilidade e maiores progressos no pós-pandemia.

A pandemia Covid-19 veio trazer consigo desafios extra ao cumprimento dos ODS, traçados pela Agenda 2030. Se anteriormente alguns já seriam difíceis de alcançar, agora esse caminho será ainda mais longo e duro. De acordo com alguns especialistas,

esta é a altura de se repensar o nosso caminho e recolocar questões essenciais, como “É isto uma prioridade, depois de viver algo tão avassalador como a pandemia Covid-19?”. Fase complicada esta em que a degradação do ecossistema tanto não só aumentou como está a fazer todo o ciclo de vida tremer (Naidoo e Fisher, 2020).

O Governo dever-se-ia agora concentrar em focar alguns ODS e junto dos mesmos se adaptar à nova realidade, na tentativa de encontrar um caminho mais propício a uma maior estabilidade.

Este é um tempo de focar em desenvolvimento e não em crescimento, dado que esta não é mais uma fase normal (Naidoo e Fisher, 2020). Não há crescimento de economia, pelo que se tem de gerir a existente e dividi-la de forma acertada.

Dentro de algo tão negativo quão a pandemia Covid-19, o difícil será ver algo positivo, mas já que a mesma já aconteceu, cabe-nos a nós dar a volta por cima e aproveitar esta oportunidade para nos reinventarmos e se reinventarem novas formas de gestão.

Ferreira (2020) aconselhava a que a Agenda 2030 fosse a base para um novo recomeço, com “aceleração dos esforços para implementar soluções mais sustentáveis e transformadoras aos grandes desafios do nosso tempo” (Ferreira, 2020:24), até porque “O momento para assegurarmos um futuro de que nos orgulhemos é agora, e não podemos deixar que este despertar forçado tenha sido em vão” (Monteiro, 2020:14).

1.2 – Desenvolvimento Sustentável em Portugal

1.2.1 – Organizações Portuguesas

Existem várias organizações, algumas já fundadas há duas décadas, que prendem a sua atividade na gestão da Sustentabilidade, como são alguns exemplos: GRACE – Empresas Responsáveis; Global Compact Network Portugal; Business Council for Sustainable Development (BCSD) Portugal e APEE – Associação Portuguesa de Ética Empresarial.

A Grace – Empresas Responsáveis é uma entidade sem fundos lucrativos, que foi criada em 2000, meramente destinada a disseminar a Responsabilidade Social pelas empresas, através da partilha de boas práticas¹⁶.

A APEE foi fundada em 2002, na tentativa da promoção do desenvolvimento da ética nas empresas e da Responsabilidade Social. A APEE é uma das organizações mais conhecidas quando se trata Sustentabilidade em Portugal, dado que já vem desenvolvendo normas no âmbito do tema da Sustentabilidade, como a ISO 26000, a pedido da UNGlobal Compact Network Portugal¹⁷.

A Global Compact Network Portugal surgiu formalmente em 2007, e diz respeito a um grupo de entidades com sede ou que operam ativamente em Portugal. É uma organização sem personalidade jurídica, que preme a sua atitude na imposição da não exclusão social; Proteção Ambiental e Práticas Laborais corretas¹⁸.

A BCSD Portugal é também uma associação sem fins lucrativos, que se fundou em outubro de 2001, embarga mais de 100 empresas, desde a Cimpor, Sonae, The Navigator Company, etc... Empresas, estas, de várias dimensões e setores de atividade. Esta é uma organização que visa apoiar as empresas no âmbito da Sustentabilidade, desde dar inspiração a apoiar e guiar o seu negócio no rumo da empresa mais verde possível. Em novembro de 2017, surgiu a denominada *Carta de Princípios*, documento de compromisso este que pretendia e pretende, que as empresas que se unissem nesta ação trabalhassem em 20 objetivos nela traçados, 20 metas e 20 indicadores. Os 20 objetivos, nela citada, encontram-se repartidos pelas várias áreas do Desenvolvimento Sustentável, ambiente, sociedade e Governo. Esta Carta encontra-se ainda a aceitar empresas que tenham vontade de trabalhar nestes setores, com vista a um futuro melhor para todos¹⁹.

Resultado de todas as iniciativas já referenciadas ao longo do presente trabalho, surgiram em Portugal, várias empresas que na sua atividade quotidiana têm em conta as

¹⁶ Mais informações disponível <https://grace.pt/> (último acesso em 24 de maio de 2021).

¹⁷ Mais informações disponível em <https://www.apee.pt/> (último acesso em 24 de maio de 2021).

¹⁸ Mais informações disponível em <https://globalcompact.pt/> (último acesso em 24 de maio de 2021).

¹⁹ Mais informações disponível em <https://bcsdportugal.org/carta-principios/> (último acesso em 24 de maio de 2021).

questões da Sustentabilidade, e são exemplo disso: *The Navigator Company*; Iberdrola; Sonae; Sociedade Ponto Verde; Nestlé; Grupo Jerónimo Martins; os CTT, entre outras.

No caso da *The Navigator Company*, a mesma já desenvolveu projetos no âmbito do ODS 4 (“Educação de Qualidade”), ODS 8 (“Crescimento Económico”), ODS 13 (“Ação Climática”) e ODS 15 (“Proteger a vida Terrestre”), sendo a sua principal atividade ligada à floresta tentam ao máximo proteger, na medida do possível, este mesmo ambiente. A empresa dá a conhecer aos seus públicos, interno e externo, de forma assertiva, as suas linhas de ação e compromissos com a Agenda 2030, tentando encorajar os mesmos a se empenharem na mesma missão²⁰.

1.2.2.- Responsabilidade da implementação da Agenda 2030 em Portugal

Antes da Revolução de abril, a sociedade portuguesa era maioritariamente rural e empobrecida, pelo que se sustentavam com valores de autossustentabilidade económica e de poupança, algo que a partir de abril de 1974, mudou com o encantamento pelos *media*.

A partir de 1986 havia promoção de novos objetos e produtos de consumo, dado que no final de 1980, se fez surgir a maior onda consumista da sociedade portuguesa, com o aparecimento dos centros comerciais, *stands* de carros, locais para turismo e lazer, até bens de apresentação e competição pelo prestígio social. Com estas melhoradas, e diferentes condições de vida, a população foi se esquecendo de onde vinha e das desigualdades, que apesar de não tão sentidas, continuavam e continuam, ainda nos dias de hoje, a existir.

Em Portugal, foi também na década de 80 que as empresas começaram a elaborar o Balanço Social Anual, com o aparecimento inicial da Lei 141/85, que exigia a sua redação por empresas com mais de 100 Colaboradores; depois com o Decreto de Lei 9/92 na qual se alterava a sua obrigatoriedade para empresas com 50 ou mais colaboradores, e mais

²⁰ Para mais informações, disponível em <http://www.thenavigatorcompany.com/Sustentabilidade/Floresta-Sustentavel/Politica-de-Sustentabilidade> (último acesso em 20 de Maio de 2021).

recentemente, em 2003, com a Lei 99/2003, em que se alterava a obrigatoriedade para empresas, do carácter público ou privado, com 10 ou mais colaboradores.

Em 2000, Portugal comprometeu-se, juntamente com os restantes países, agilizar as suas ações em direção ao combate da pobreza mundial com a agenda traçada dos ODM, a alcançar até 2015. Para avaliar o caminho traçado foram divulgados os Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (IDS), bem como o Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (SIDS). No total existem 118 indicadores no SIDS Portugal, agrupados nos 4 grupos seguintes: Base; Chave; Regionalizáveis e Sectorizáveis. Sendo os primeiros o Conjunto Completo de Indicadores, e os restantes 3 subdomínios deste primeiro. O primeiro grupo trata a chave para comunicar com decisores e público em geral; os Regionalizáveis como sendo o mínimo comum sobre regiões, e os Sectorizáveis como o mínimo comum relacionado com os Sectores (Agência Portuguesa do Ambiente (APA), 2007).

Em fevereiro de 2016 foi divulgada, em Conselho de Ministros, a lista da estrutura coordenadora de cada ODS, que neste caso têm por responsabilidade coordenar e liderar a sua implementação (Tabela 2). As estruturas responsáveis deverão agir de forma coligada e em interajuda com as demais, dado tratar-se de esforços que todos combinados poderão alcançar o sucesso.

ENTIDADE COORDENADORA	ODS
MINISTÉRIO DO TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL	ODS1 – ERRADICAR POBREZA ODS8- TRABALHO DIGNO E CRESCIMENTO ECONÓMICO ODS10- REDUZIR DESIGUALDADES
MINISTÉRIO DO AMBIENTE	ODS6- ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO ODS11- CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS ODS12- PRODUÇÃO E CONSUMOS SUSTENTÁVEIS ODS13- AÇÃO CLIMÁTICA
MINISTÉRIO DO MAR	ODS14- PROTEGER VIDA MARINHA
MINISTÉRIO DA SAÚDE	ODS3 – SAÚDE DE QUALIDADE
SECRETARIA DO ESTADO PARA A CIDADANIA E	ODS5- IGUALDADE DE GÉNERO

IGUALDADE	
MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO E DAS INFRAESTRUTURAS	ODS9- INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURAS
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL	ODS2- ERRADICAR A POBREZA ODS15- PROTEGER VIDA TERRESTRE

Tabela 2 - Distribuição de responsabilidades, com os ODS, em Portugal.

Fonte: Elaboração Própria

1.2.3– Objetivos e metas prioritários em Portugal

Em junho de 2017, com a publicação do *Relatório Nacional sobre a Implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*, avaliou-se a implementação dos ODS em Portugal, através da qual se conseguiram traçar os ODS prioritários para a população. Em face desse escrutínio, o Governo português definiu como “5P’s” o caminho estratégico para alcançar a Agenda 2030, sendo:

- **Pessoas** – No seguimento em que a implementação dos ODS, surge para garantir o cumprimento da dignidade humana, e dos direitos do Homem. Logo, a palavra de ordem é as Pessoas, dado que é para elas e com elas que vamos investir nestes tópicos tão importantes para a vida. Pela sua ordem de importância, na Agenda 2030 são os primeiros 6 ODS reservados a este foco.
- **Prosperidade** – Com o intuito de garantir prosperidade e realização pessoal, surgem os ODS 7, 8, 9 e 10, na tentativa de assegurar harmonia para todos.
- **Planeta** – Surge com o intuito de proteger o planeta, tendo sempre em conta que o desenvolvimento depende de todos os ramos, quer económico, quer social, passando, obviamente, pelo desenvolvimento ecológico. Com o intuito de reforçar a nossa salvaguarda a este espaço, e a sua correta “utilização”, surgem os ODS 11 a 15.
- **Paz** – Não pode haver Sustentabilidade sem paz, nem paz sem Sustentabilidade, existe, assim, uma relação simbiótica. Relação, essa que vem sendo equilibrada com a ação o ODS 16, em que se apela, uma vez mais, à justiça equitativa e inclusiva, em que ninguém é mais nem menos que outro.

- Parcerias – Entreeajuda é, sem dúvida, uma palavra base para que a Agenda 2030 possa evoluir e cumprir aquilo a que se propôs, ação que corresponde ao ODS 17.

Com base na avaliação realizada, traçaram-se como prioritários os ODS 4; 5; 9; 10; 13 e 14, conforme a Tabela 3.

ODS	Explicação
ODS 4 - “Educação de Qualidade”	Porque poderá ser uma forma transversal de alcançar tantos outros ODS
ODS 5 - “Igualdade de Género”	Porque a igualdade entre homens e mulheres é apenas um dos requisitos para uma sociedade justa e equitativa
ODS 9 – “Indústria, Inovação e Infraestruturas”	Procurar enquadrar e apoiar os sectores, para se mobilizar recursos públicos e privados
ODS 10 - “Reduzir desigualdades”	Procura redistribuir disparidades, promovendo a justiça de equidade
ODS 13 - “Ação Climática”	No que toca ao nível do planeta, dever-se-á promover a correta seleção de bens e serviços apelando às reduções de gases com efeito de estufa
ODS 14 - “Proteger a vida marinha”	Portugal é um país privilegiado no que toca à sua localização, dado tratar-se de um país com elevado grau costeiro na União Europeia, o maior que existe, pelo que também a ele lhe acarreta a responsabilidade de promover uma melhor gestão das costas, abolindo ao máximo a poluição, quer pela saúde humana quer pelas vidas dos seres que vivem nos ambientes aquáticos

Tabela 3- ODS prioritários em Portugal

Fonte: Elaboração Própria

Estes foram os ODS definidos como prioritários na altura, no entanto, esta definição de prioridades não é algo definitivo, pelo que se podem alterar com o passar do tempo.

Como já tratado no ponto 1.6, neste momento ainda não foram alcançados os resultados animadores que pretendíamos ao nível dos ODS, nem em Portugal, nem no resto do mundo. A pandemia Covid-19 vem trazer consigo palavras como instabilidade, desânimo, reorganização, entre outras, também não tão felizes.

Os resultados alcançados por Portugal, ao nível da Agenda 2030, vinham crescendo de forma positiva, no entanto, neste momento a instabilidade é o mais visível que temos, quer a nível económico, social e a nível ambiental.

Segundo Rodrigues (2020), seria extremamente importante haver interesse e envolvimento por parte da comunidade em questões de Sustentabilidade, dado que é para um bem comum que se fala em preservar o ambiente²¹.

Na nossa análise empírica avaliamos o envolvimento das empresas da região Centro do país, como podemos verificar nos pontos seguintes.

²¹ Estudo centrado no concelho de Portalegre, mas que se pode generalizar a nível nacional.

2 – OBJETIVOS E METODOLOGIA

2.1 – Objetivos

O objetivo principal deste trabalho é averiguar o grau de reconhecimento dos ODS e da Agenda 2030 nas empresas da zona Centro, de diversas dimensões, na sua maioria de pequena e micro dimensão, e de diversas idades no mercado, bem como obter conhecimento de que forma implementam as empresas os ODS e o nível de dificuldade que ainda possuem nessa tarefa.

2.2 – Técnicas de recolha e análise de dados

Para cumprir os objetivos referidos na secção anterior, a técnica usada na recolha de dados foi o inquérito por questionário. Os questionários foram criados na plataforma *LimeSurvey* e foram enviados às empresas com *email* válido, disponível na lista das 1000 maiores empresas da zona Centro, publicada na revista *Diário das Beiras*. Foram também entregues, formulários em papel, para ser mais acessível a empresas locais e de menor dimensão.

O questionário encontrou-se ativo de 23/05/2020 a 05/02/2021, cerca de 9 meses.

A amostra deste estudo é constituída por 71 respostas válidas obtidas via *email* e 30 respostas válidas obtidas em papel.

Quanto à estrutura do questionário, as primeiras questões prenderam-se com a caracterização das empresas, quanto ao nome da empresa ou grupo, número de colaboradores, atividade da empresa e número de anos no mercado, e as restantes questões em torno da análise da questão dos ODS e a sua influência na estratégia e atuação da entidade, inquirindo em quais dos ODS tem a empresa projeto relacionado, e se tem, se trata de projeto ligado à agenda pública, qual o nível de dificuldade que sente ao operar com os ODS e ao tentar incuti-los na sua atividade quotidiana, bem como o grau de benefício que acha possível obter ao colocar em prática os ODS.

Relativamente à análise dos resultados obtidos, utilizou-se a aplicação *Excel*, para obter representações visuais como gráficos de barras, circulares e tabelas.

3- APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Neste capítulo, apresentamos os resultados e procedemos à discussão dos mesmos. A primeira secção é dedicada à análise das respostas sobre as características das empresas, os números de colaboradores e os números de anos no mercado. Numa segunda secção traça-se a análise de respostas às questões sobre o conhecimento, ou não, da Agenda 2030 do Desenvolvimento Sustentável e dos 17 ODS que a integram, analisa-se também se a Agenda 2030 foi tomada como referência na definição da visão, e de que forma a entidade integra, ou não, cada um dos ODS com projetos. Na última secção avalia-se o grau de dificuldade em desenvolver algumas tarefas relacionadas com os ODS e o grau de benefício que as entidades creem obter com a aplicação da Agenda 2030 na sua atividade.

3.1- Caracterização da amostra

A primeira questão diz respeito ao nome da empresa ou grupo a que pertence, obtivemos algumas respostas apenas com caracteres especiais ou nomes colocados ao acaso, o que considerámos que poder-se-á dever à necessidade de preservação da sua privacidade, pelo que aceitámos como válidas as suas respostas às questões seguintes.

Quanto às respostas obtidas à primeira questão: “Indique o número de colaboradores da empresa, no final do ano civil de 2019”, obtivemos a seguinte distribuição, que consta na Tabela 4.

Nº de Colaboradores	Percentagem
< 50	87%
51 - 100	3%
101- 150	2%
151- 200	1%
201- 250	2%
251- 300	1%
351- 400	1%
451- 500	1%
> 501	4%

Tabela 4- Número de Colaboradores das empresas da amostra.

Fonte: Elaboração Própria

Após análise da Tabela 4, podemos concluir que, na amostra do nosso estudo, a maioria das empresas têm menos de 50 colaboradores, algo que já não seria de estranhar, dado que a maioria da massa empresarial portuguesa é constituída por micro, pequenas e médias empresas, com a seguinte distribuição a nível nacional, segundo dados do INE de 2019, 96%, 3,3% e 0,5%, respetivamente (INE, 2019). Relembremos que as médias empresas são entidades que se inserem na categoria dos 250 a 50 colaboradores, as pequenas empresas de 50 a 10 colaboradores e as micro empresas às entidades com 10 ou menos colaboradores (INE, 2019).

No entanto, há ainda que notar a representação de empresas com número de colaboradores compreendido entre os 51 e os 100 que respondeu a este estudo, 3% da amostra, e o número de empresas com mais de 501 colaboradores, é de 4% da amostra, o que corresponde a 4 empresas de cada um dos intervalos.

Quanto à terceira questão, “Indique o número de anos de atividade da empresa”, obtivemos a distribuição presente na Figura 1.

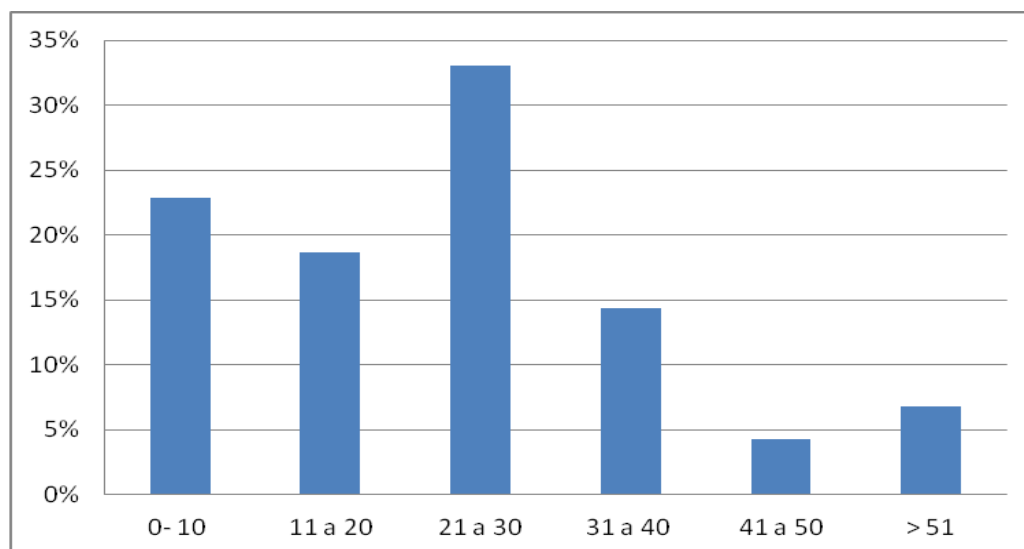


Figura 1- Distribuição da idade das empresas da amostra.

Da análise da Figura 1, na nossa amostra, 23% das empresas está no mercado há menos ou há 10 anos, 22% de 11 a 20 anos, com 33%, a maioria das empresas que responderam ao nosso questionário, estão as empresas com 21 a 30 anos no mercado, seguindo-se de 14%, 4% e 7%, sendo respetivamente, empresas de 31 a 40 anos, empresas de 41 a 50 e empresas com mais de 51 anos.

A parte mais residual da nossa amostra, quanto a anos no mercado, são as empresas de 41 a 50 anos, sendo que a que está mais bem representada se trata das empresas de 21 a 30 anos no mercado, seguindo-se das empresas de 0 a 10 anos, algo surpreendente, dado que nos faz concluir que apesar dos tempos vivenciados, ainda estão a surgir muitas novas empresas no mercado, o que poderá ser uma esperança para o futuro que se avizinha. Quanto a estas últimas, são empresas que surgiram no máximo no ano de 2009, ou seja, antes ainda do aparecimento da Agenda 2030, o que poderá crer dizer que surgiram na altura da mudança ou pouco antes da mesma se ter dado.

Na próxima secção avalia-se o grau de conhecimento da Aprovação da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável, nomeada dos 17 ODS, que entrou em vigor em 1 de Janeiro de 2016.

3.2 – Conhecimento dos ODS

Com a questão “A empresa tem conhecimento da aprovação da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável, nomeada dos 17 ODS, que entrou em vigor a 1 de Janeiro de 2016?”, obteve-se a distribuição presente na Figura 2

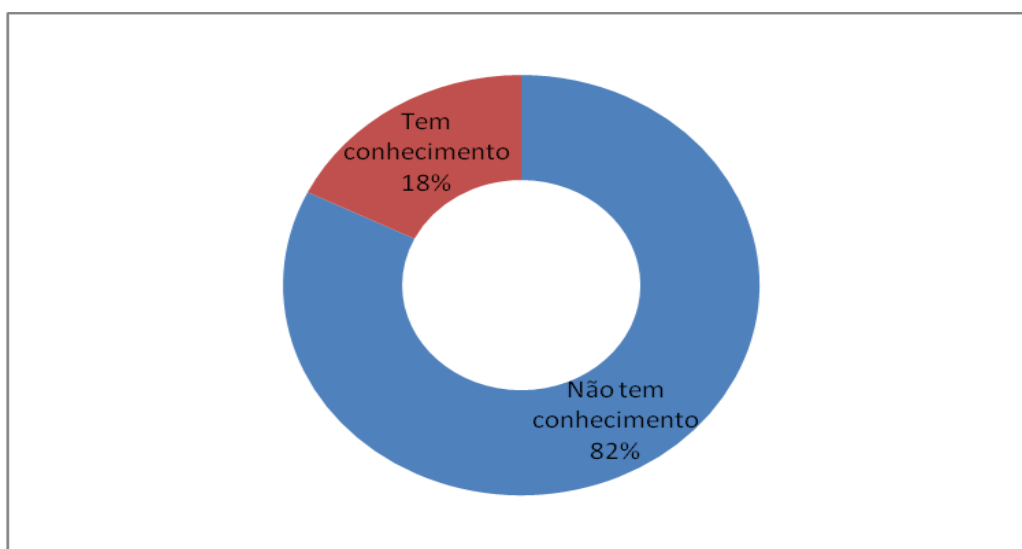


Figura 2- Conhecimento da Aprovação da Agenda 2030.

Verifica-se que 82% da amostra não tem conhecimento da Aprovação da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável, o que perfaz 79 empresas com desconhecimento da questão, o que poderá demonstrar falta de comunicação e divulgação do acontecimento. Destacamos o facto de não se considerarem dados de 24 empresas que não responderam à questão, o que pode sugerir que, muito provavelmente se encontram, também, no lote das empresas que não têm conhecimento da questão da Agenda 2030, mas que por reserva de privacidade preferiram nem responder.

Um tópico de especial interesse é perceber qual o nível de conhecimento da Agenda 2030 e dos ODS, por idade no mercado. Os resultados constam na Figura 3.

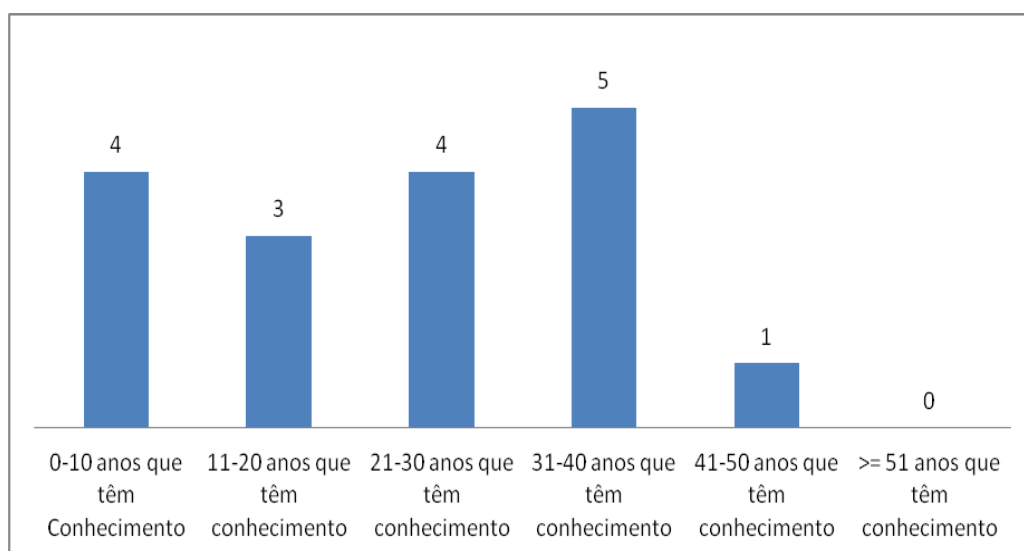


Figura 3 - Conhecimento da Aprovação da Agenda 2030, por idade no mercado.

Das empresas com mais de 51 anos, nenhuma já conhecia ou já tinha ouvido falar dos ODS e da Agenda 2030, deixando assim a ideia, novamente, que ainda muito há a fazer, dado que ainda são muitas as empresas mais antigas e familiares, que não sabem do que se trata a Agenda Global 2030. Parece que, nestas empresas, a grande preocupação é, maioritariamente, vender e não propriamente apoiar ou adaptar a sua ação aos Objetivos traçados pela Agenda, e note-se que, na nossa amostra, foram inquiridas 8 empresas com mais de 51 anos no mercado.

Quanto a empresas com idade compreendida entre os 0 e os 10 anos, que já tomaram conhecimento da Agenda 2030, são 4 de 27, as empresas que responderam que sim. Podendo concluir, uma vez mais, que ainda muito estará por fazer, dado que estas são

empresas recentes, e que, pelos vistos, ainda não foram integradas de assuntos tão importantes e atuais como os que estamos a tratar.

No conjunto das empresas de 11 a 20 anos no mercado, foram apenas 4 de 22 empresas que afirmaram já conhecer ou ter ouvido falar na Agenda 2030 e nos ODS, o que representa apenas 18% das empresas totais dentro deste lote de idades no mercado.

Em suma, 42% das empresas que afirma ter conhecimento da Aprovação da Agenda 2030, tem menos de 20 anos no mercado, o que apesar de demonstrar que as empresas mais atuais estão mais integradas no assunto, ainda demonstra que não o estão suficientemente, para que possam por iniciativa própria adaptar a sua atividade às melhores práticas, denotando ainda que muito, ainda há a fazer, principalmente na altura da Agenda 2030 em que já se encontramos.

“A Agenda 2030 preconiza uma visão do desenvolvimento como responsabilidade partilhada, em que é necessário o envolvimento dos vários atores e todos têm um papel a desempenhar” (Ferreira, 2020: 14).

Se a Agenda 2030 pretende ser uma agenda de todos, como se afirma que deseja ser, é necessário que seja transmitido conhecimento sobre a mesma à população em geral, desde sociedade civil, empresas e Governo, o que com a nossa análise empírica se demonstra estar longe de ser do conhecimento geral.

Nas secções seguintes, os resultados dizem respeito apenas às entidades que responderam afirmativamente à questão do conhecimento da aprovação da Agenda 2030, pelo que tendemos a analisar a partir de agora uma amostra de 17 empresas.

3.3- Influência dos ODS na estratégia Empresarial

Quando questionadas estas 17 empresas sobre a importância dos ODS na visão da empresa, obtemos a distribuição presente na Figura 4.

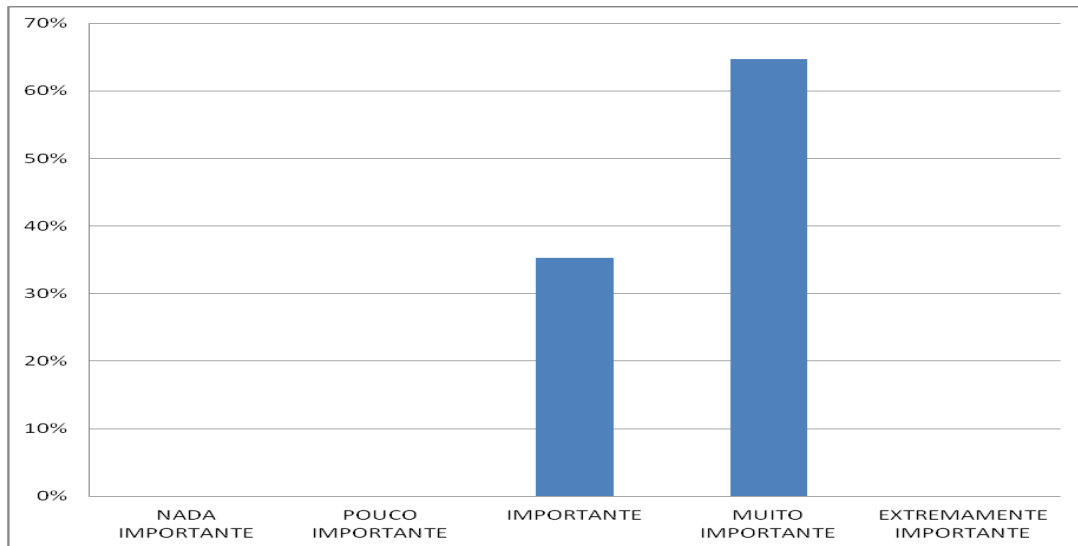


Figura 4– Grau de importância dos ODS na visão das empresas.

Os resultados sugerem que as empresas que têm conhecimento da Agenda 2030 acabam por concordar com a aprovação da mesma, integrando como referência para a sua definição de estratégia empresarial, a visão dos próprios ODS.

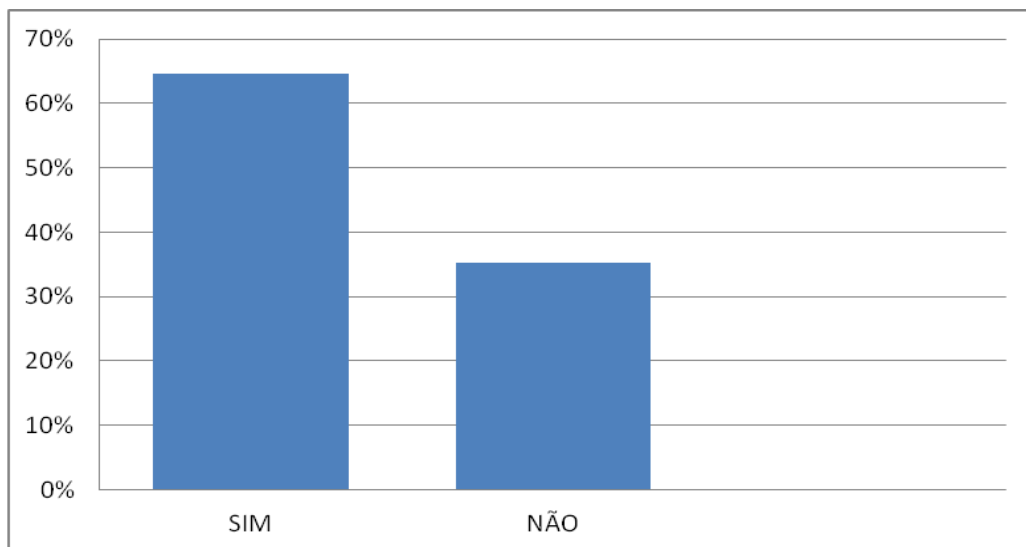


Figura 5- Influência dos ODS na Estratégia Empresarial.

Quando analisamos a distribuição de respostas à questão “A visão dos ODS foi considerada como referência para a definição da Estratégia da sua empresa?”, presente na Figura 5, verificamos que 6 empresas, ou seja, 35%, afirmam que não teve qualquer

influência na definição, ao passo que as restantes 11, 65%, afirmam que a visão dos ODS, teve um peso na sua definição, podendo aferir que na sua maioria as entidades que reconhecem os ODS, reconhecem a necessidade de intervir nestes campos, podendo adaptar a visão da sua entidade a um futuro mais promissor para todos.

“Os ODS explicitamente convocam todas as empresas a utilizar sua criatividade e inovação para resolver os desafios de Desenvolvimento Sustentável. Os ODS foram acordados por todos os Governos, mas o seu sucesso depende profundamente das ações e colaboração de todos os setores” (SDG Compass, 2016: 6). É essencial que as empresas incluam na sua estratégia empresarial os ODS, com a sua adaptação, molde, comunicação e relato quotidiano, para que se alcancem de forma global os resultados que se aspiram.

“Na verdade, parece existir alguma falta de alinhamento entre o que as empresas procuram priorizar e o que a nossa análise nos diz acerca do que os cidadãos consideram como os objetivos mais relevantes” (PWC, 2017: 19), pelo que cabe aos gestores das empresas adaptar a sua estratégia de ação ao que a sociedade em geral prioriza.

Nesse sentido, com a análise empírica realizada, verificamos que já se deteta um cenário crescente no que diz respeito a tomar como referência os ODS na estratégia e visão da empresa, no entanto ainda se demonstra um longo caminho a percorrer, conforme Bezerra (2016). Apesar de muitas entidades já estarem a praticar RSE e a incutirem os ODS na sua estratégia empresarial, ainda muitas também continuam sem saber colocar em prática, ou por e simplesmente a desconhecer a urgência desta adaptação a todo o mercado, e não só às entidades de maior dimensão, conforme foi verificado com os resultados obtidos.

3.4- Projetos da Empresa ligados à perspetiva dos ODS

Quanto à questão “Em que medida é que os projetos da empresa se relacionam com a perspetiva dos ODS”, foi considerado cada um dos 17 ODS. Seguem-se as nossas conclusões quanto aos resultados obtidos, considerando agora 15 empresas pois 2 delas terminaram a sua participação na questão anterior.

Quanto ao ODS 1. “Acabar com a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares”, conforme Figura 6, 87% da amostra que respondeu à questão, 13 empresas,

não têm projeto relacionado com o objetivo, e apenas 7%, neste caso o que corresponde a 1 empresa, afirma que tem projeto e incorpora a perspectiva dos ODS. Parece-nos que ainda muito se poderá fazer para atingir melhores resultados no que respeita a este objetivo, desde reaproveitar restos de comida, apoiar na inclusão dos mais desfavorecidos, através de criação de mais empregabilidade, etc...

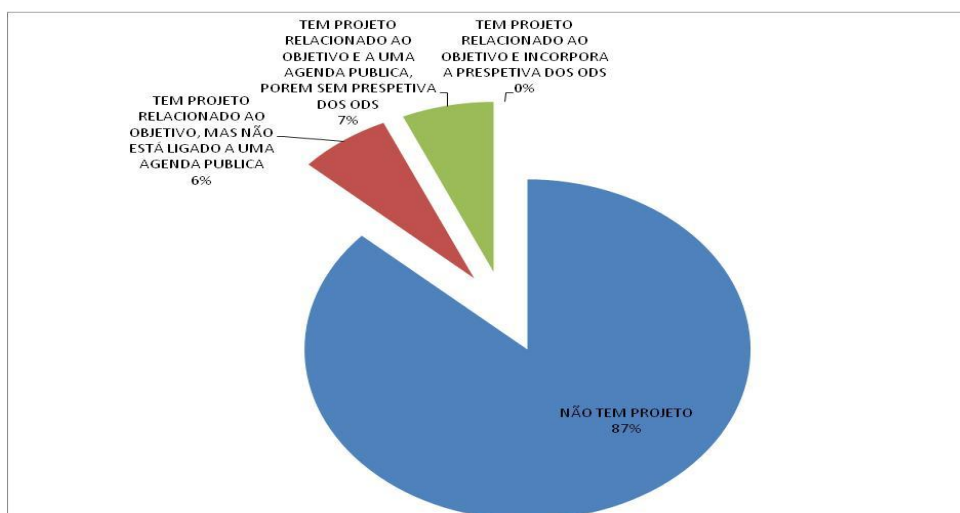


Figura 6- Distribuição do empenho das empresas em relação ao ODS1

Quanto ao ODS 2, “Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição”, obteve-se a distribuição presente na Figura 7, 67% da amostra que respondeu à questão, afirma não ter projeto relacionado com este objetivo, o que perfaz 10 das 15 empresas que responderam, ou seja, mais de metade, o que denota ainda insensibilidade e passividade quanto às notícias com que todos os dias somos confrontados, sendo que apenas 4 empresas têm projeto relacionado com o objetivo, e os mesmos não estão ligados a uma agenda pública. Exemplos de Projetos ligados ao ODS 2, foram os projetos “Milk Start” e “O Pequeno-Almoço Dá Força” do Grupo Jerónimo Martins²², do qual se promovia a sensibilização para a importância da alimentação devida, bem como da correta leitura de perfis nutricionais, junto das populações polacas.

²² Para mais informações disponível em <https://www.ods.pt/casos-de-estudo/jeronimo-martins/ods-02-jeronimo-martins-milky-start-pequeno-almoco-da-forca/> (último acesso em 10 de julho de 2021).

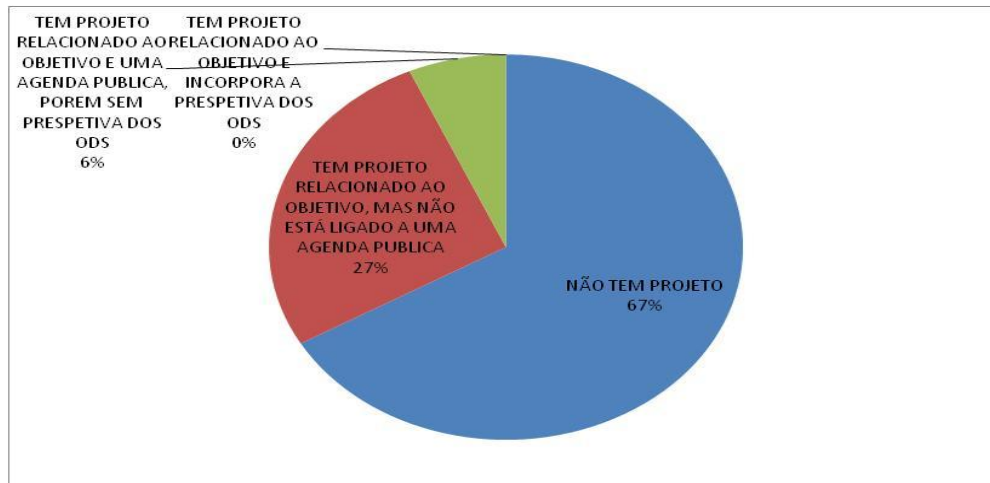


Figura 7- Distribuição do empenho das empresas em relação ao ODS2

No ODS 3, “Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos”, já se verifica um cenário distinto, conforme Figura 8, sendo que 50% tem projeto relacionado ao objetivo, mas o mesmo não está ligado a uma agenda pública, o que se pode entender como sendo, meramente o crescimento da preocupação da sociedade com questões ligadas à saúde e bem-estar, com o crescimento de atividades ligadas ao desporto, bem como a alimentação saudável que cada vez mais vemos a população a tentar atingir, algo que se deverá continuar a ter conta, não se deixando descurar.

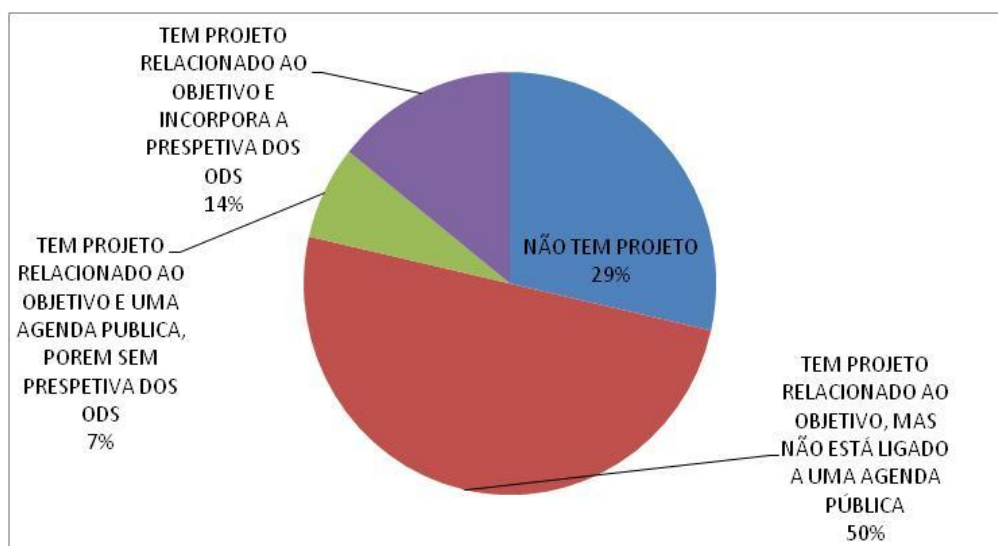


Figura 8- Distribuição do empenho das empresas em relação ao ODS3

No ODS 4. “Garantir educação inclusiva e equitativa de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos”, obtivemos a distribuição da Figura 9. Temos que 53% não tem projeto ligado ao ODS, seguindo-se 33% das empresas que têm projeto relacionado ao objetivo, mas que não está ligado à agenda pública. Quanto a este ODS dever-se-ia investir em formação para todos, não excluindo os que ainda de igual direito não têm acesso ao ensino, dando igual oportunidade a este acesso.

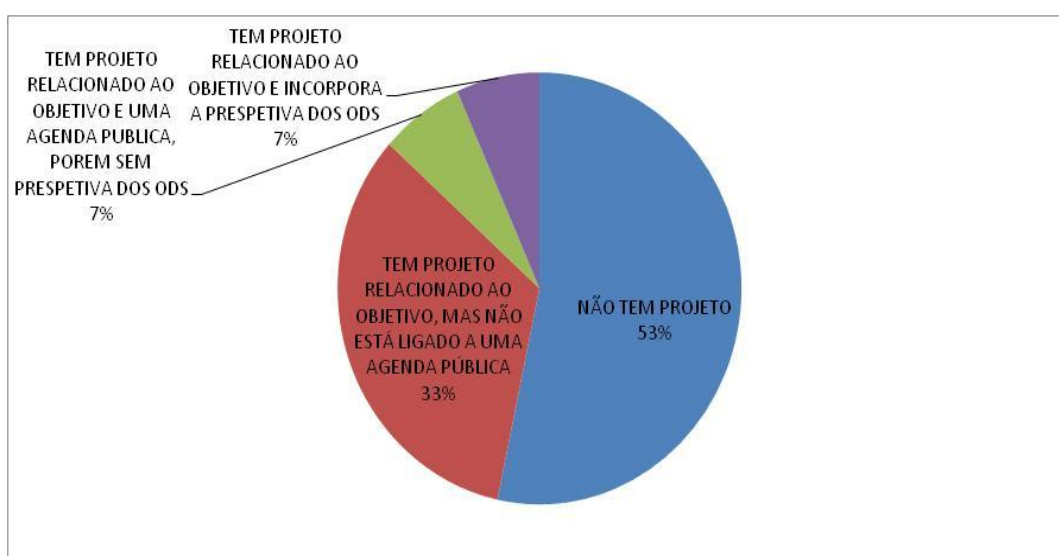


Figura 9 - Distribuição do empenho das empresas em relação ao ODS4

No ODS 5. “Alcançar igualdade de género entre os sexos e a autonomia das mulheres”, obteve-se a distribuição presente na Figura 10, 60% não tem projeto, o que corresponde a 9 das 15 empresas inquiridas, o que provavelmente diz respeito a entidades que ainda não se debruçaram sobre a igualdade entre os seus trabalhadores femininos terem as mesmas oportunidades que os seus trabalhadores masculinos, tema que hoje em dia já é tão abordado, dadas as circunstâncias dos esforços serem proporcionais em tantas organizações.

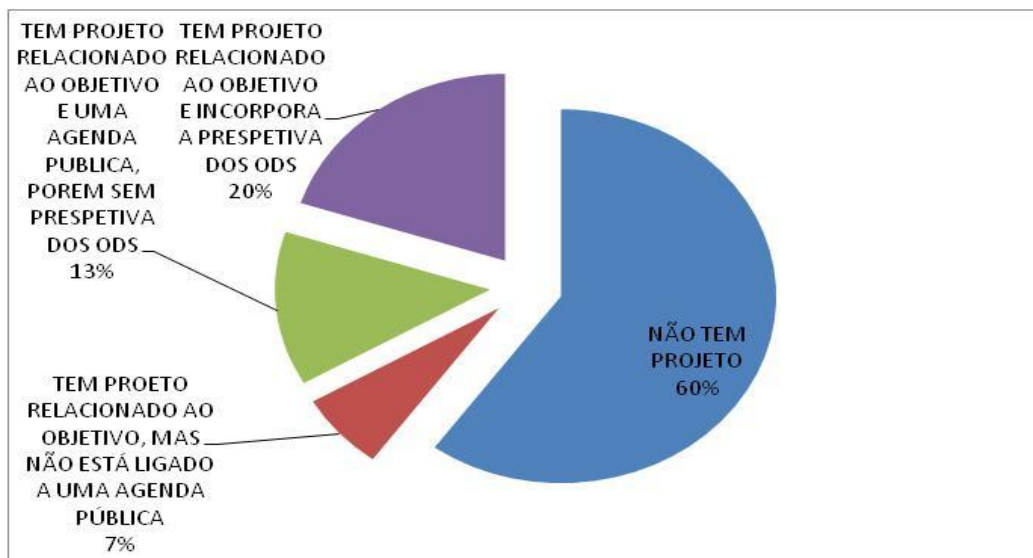


Figura 10- Distribuição do empenho das empresas em relação ao ODS5

No ODS 6. “Assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável de água e saneamento para todos”, Figura 11, 67% não tem projeto, seguindo-se de 20% que tem projeto relacionado ao objetivo e incorpora a perspectiva dos ODS, o que sugere que apesar de ainda não estar nos parâmetros desejados, existindo ainda diversas regiões e populações sem saneamento, já muito se está a caminhar neste sentido e terá de continuar dessa mesma forma, e com cada vez mais ênfase, devendo ao máximo sensibilizar para o uso exclusivamente necessário de água, evitando o desperdício de um bem essencial.

Os avanços do ODS6 denotam que ainda muito existe para fazer, conforme nota da ONU (2021), em que divulgavam que “Relatório conjunto revela que pandemia de Covid-19 conferiu nova urgência ao tema; cerca de 3 bilhões de pessoas em todo o mundo não têm como lavar as mãos com água e sabão em casa e cerca de 2,2 bilhões não têm acesso à água potável”²³.

²³ Para mais informações disponível em <https://news.un.org/pt/story/2021/05/1749452> (último acesso em 09 de julho de 2021).

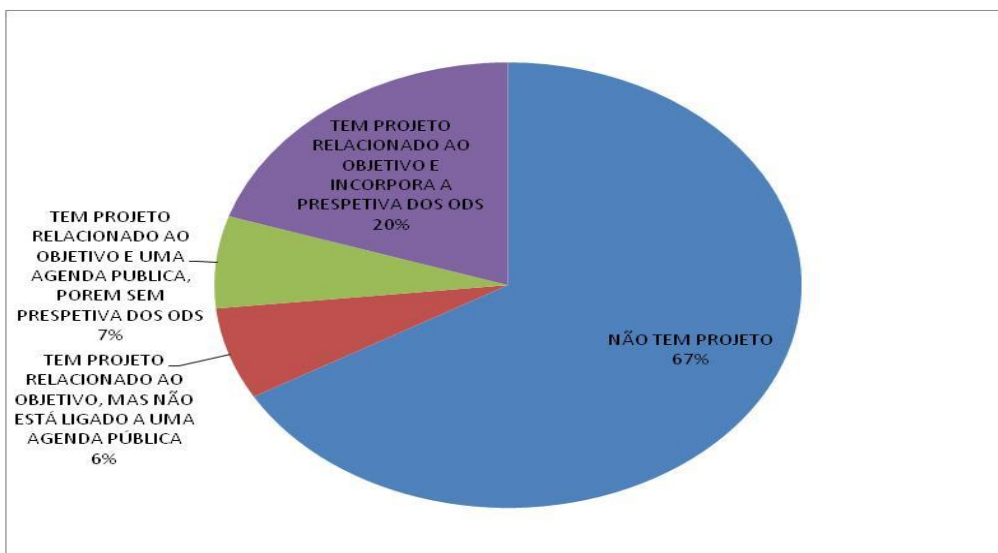


Figura 11- Distribuição do empenho das empresas em relação ao ODS6

No ODS 7, com dados presentes na Figura 12, “Assegurar o acesso a energia confiável, sustentável, moderna e a preço acessível para todos”, 73% não tem projeto, o que demonstra ainda um longo caminho a percorrer, apesar de que muitas são as empresas a tentar optar por fontes de energia sustentáveis, a preço acessível e ecológico para todos, a realidade é que também são soluções que obrigam a um grande investimento inicial, o que poderá justificar a diferença entre o querer e o poder ou ter. Algumas entidades bastante conhecidas, como a EDP, encontram-se, constantemente, a investir em novos projetos de grande escala, como novos parques eólicos e a apoiar na energia renovável de países em desenvolvimento, entre outros²⁴.

²⁴ Para mais informações disponível em <https://www.edp.com/pt-pt/sustentabilidade/ods-7-energias-renovaveis-e-acessiveis> (último acesso em 9 de julho de 2021).

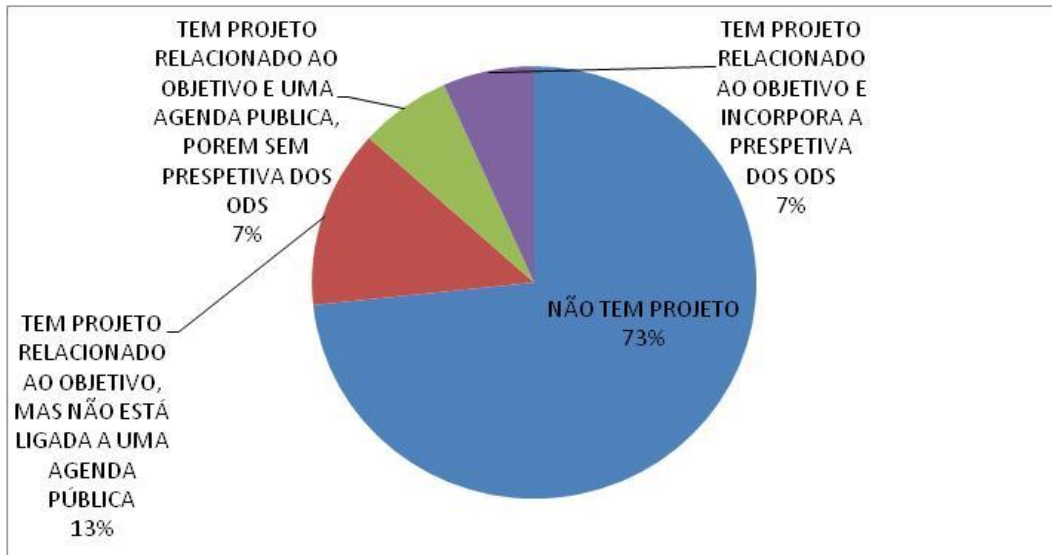


Figura 12- Distribuição do empenho das empresas em relação ao ODS7

No ODS 8. “Promover o crescimento económico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos”, obtivemos a distribuição presente na Figura 13, em que 33% não tem projeto e 27% tem projeto e incorpora a perspectiva dos ODS, o que para este ODS se coloca como um cenário algo mais animador, o que se poderá justificar com a legislação e controlo que cada vez mais se exerce na atividade empresarial, bem como no ideal que cada vez mais se promove de que quanto melhor o funcionário se sentir no seu trabalho, maior o seu rendimento.

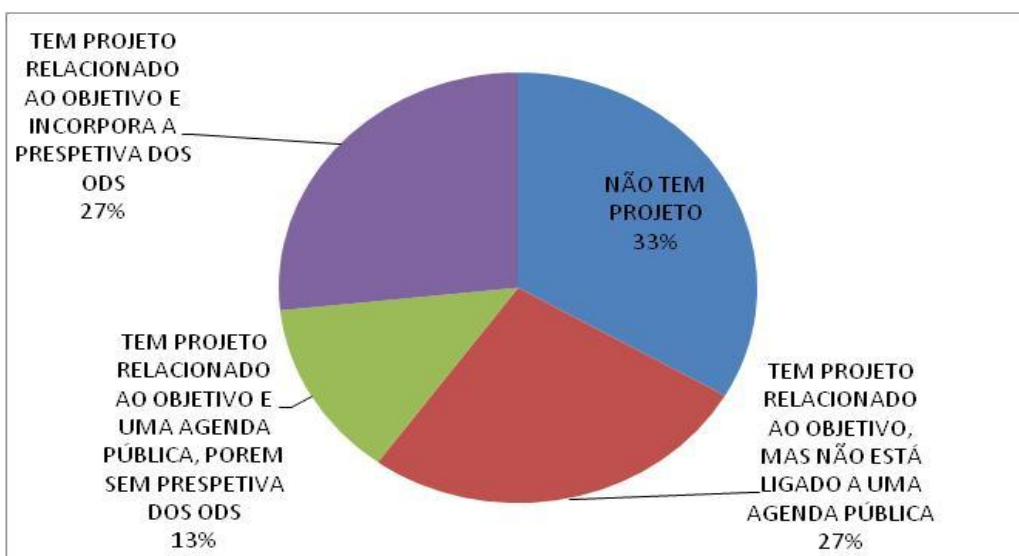


Figura 13- Distribuição do empenho das empresas em relação ao ODS8

No ODS 9. “Construir infraestruturas resilientes, promover industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação”, Figura 14, detetou-se que 47% não tem ainda projeto, e outros 20% têm projeto e incorporam a perspetiva dos ODS, ao que podemos deduzir que dado o valor que acarreta num país como Portugal, já muito se está a conseguir evoluir. Inovação traz consigo custos elevados, custos que provavelmente muitas entidades ainda não conseguiriam suportar, daí a sua provável estagnação e lento crescimento.

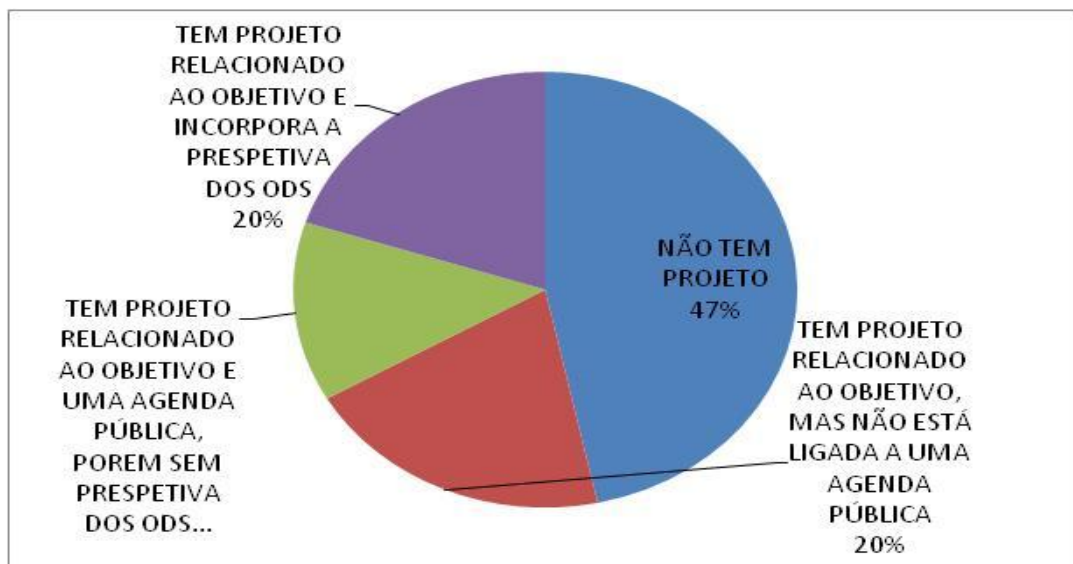


Figura 14- Distribuição do empenho das empresas em relação ao ODS9

No ODS 10. “Reduzir a desigualdade entre os países e dentro deles”, constam os dados obtidos na Figura 15, em que 67% não têm projeto, algo que poderá sugerir que a desigualdade é ainda o cenário mais comum com que somos confrontados todos os dias, com as notícias na comunicação social, e inclusive, com o que se vê nas nossas ruas, através da desigualdade de oportunidades e desigualdade de valores, algo que não vem ao encontro da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

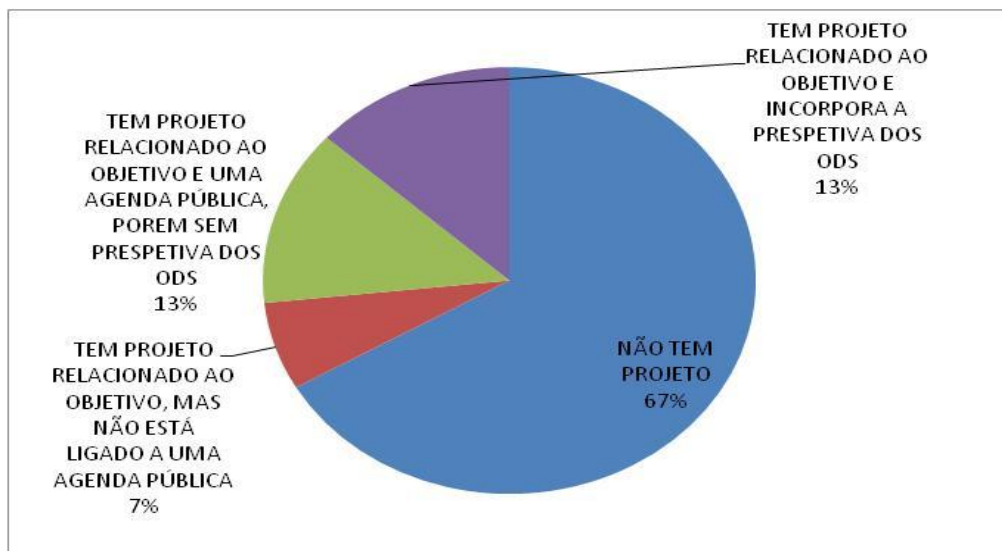


Figura 15- Distribuição do empenho das empresas em relação ao ODS10

No ODS 11. “Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis”, obtivemos a distribuição presente na Figura 16, 46% não têm projeto e apenas 7% têm projeto relacionado com o objetivo e incorporam a perspectiva dos ODS, pelo que os resultados sugerem que as empresas ainda não se preocupam com a segurança e o estado dos locais em que residem e coabitam, algo que em Portugal, de facto, não é ainda demasiado urgente, no entanto em países como Brasil e Venezuela, é agora, cada vez mais, uma preocupação marcante.

As empresas portuguesas deveriam atuar de forma preventiva no que diz respeito à redução da poluição e qualidade do ar, evitando que este fenómeno, já verificado em países como a China, e outros países de altos níveis de industrialização, chegue algum dia a ser uma realidade quotidiana.

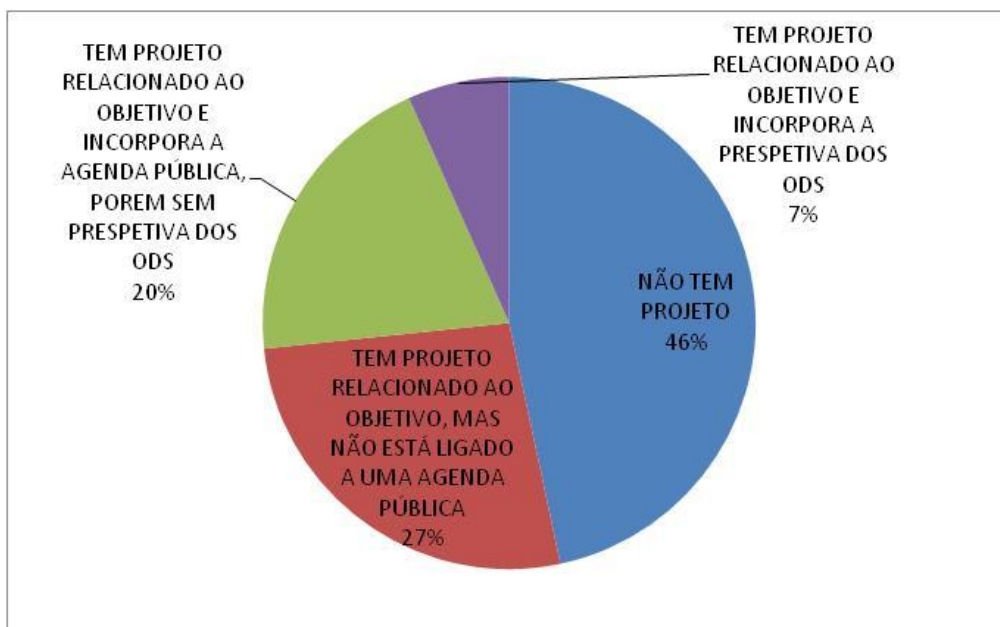


Figura 16- Distribuição do empenho das empresas em relação ao ODS11

No ODS 12. “Assegurar padrões de produção e consumo sustentáveis”, obteve-se a distribuição presente na Figura 17, uma percentagem de 40% da amostra sem projeto em torno do assunto, o que demonstra que a população no ato de comprar /adquirir bens, ainda não tem em conta a Sustentabilidade, bem como as consequências que o consumo exacerbado de bens acarreta no quotidiano e futuro das populações, pelo que se aconselha, cada vez mais, um estilo de vida minimalista.

Quando se trata de Recursos Naturais, dever-se-ia incutir a gestão sustentável e mais ponderada dos mesmos, realçando a sua importância, mas também escassez no caso de não se mudarem atitudes e hábitos.

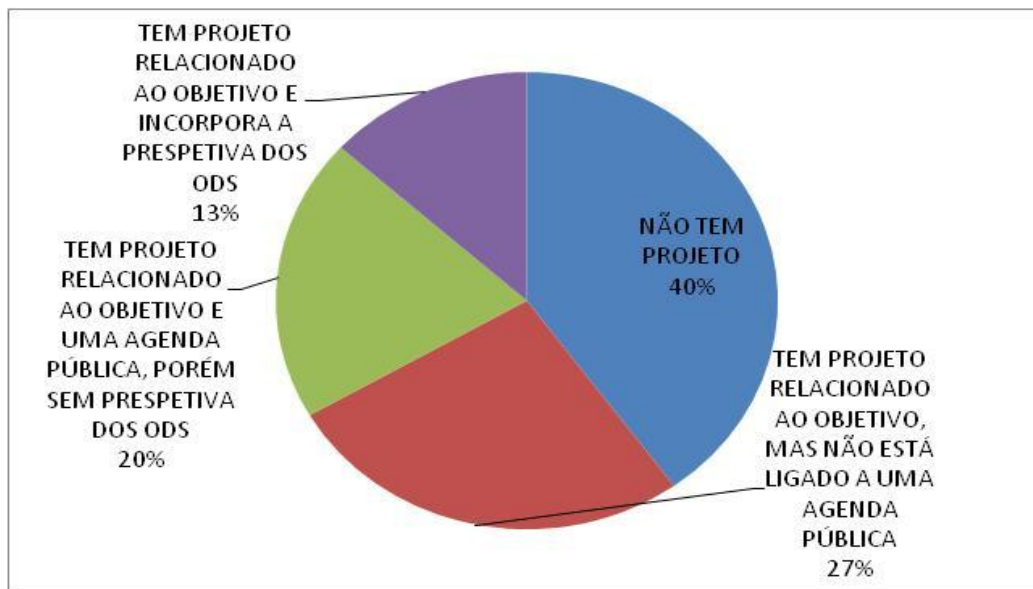


Figura 17- Distribuição do empenho das empresas em relação ao ODS12

No ODS 13. “Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos”, obtiveram-se os dados presentes na Figura 18, em que 33% das empresas têm projeto, mas não está ligado à agenda pública, o que denota alguns avanços no que diz respeito ao reconhecimento da urgência em tomar uma atitude e fazer reverter um cenário que se vem cada vez mais salientando.

No entanto, apesar de mais animadores, tratam-se ainda de resultados aquém do necessário, inclusive num momento pós-pandemia, dado que muitos autores defendem que o ODS 13 foi até agora, no momento pandêmico, o ODS com mais avanços, algo que se poderá reverter dadas as pressões crescentes “para reativar rapidamente a economia”, com “suspensão de normas ambientais” (Monteiro, 2020: 17).

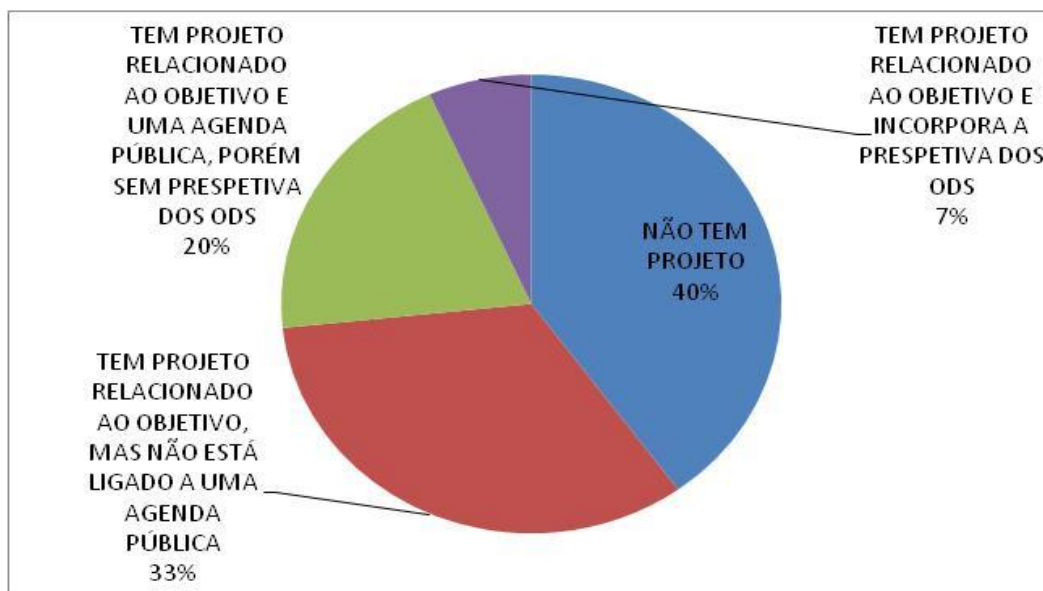


Figura 18- Distribuição do empenho das empresas em relação ao ODS13

No ODS 14. “Conservar e promover o uso sustentável dos oceanos, mares e recursos marinhos para o Desenvolvimento Sustentável”, constam os dados das respostas obtidas na Figura 19, 67% não tem ainda projeto relacionado com o ODS em causa, o que denota um registo diferente do que se deveria verificar, visto que Portugal é uma região privilegiada no que respeita às suas costas fronteiriças com ambientes marinhos e que a poluição existente em ambientes destes é cada vez mais degradante, afetando a saúde de animais, mas também da espécie humana.

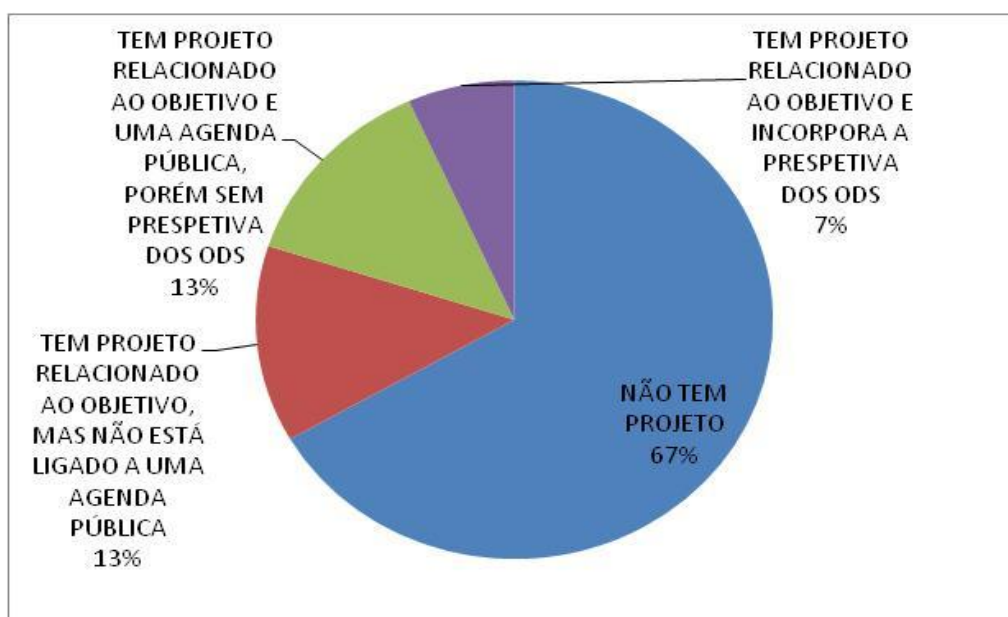


Figura 19- Distribuição do empenho das empresas em relação ao ODS14

No ODS 15. “Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da Terra e estancar a perda de biodiversidade”, verificou-se que apenas 20% tem projeto e objetivo que incorpora a perspectiva dos ODS, o que sugere que ainda uma grande parte da população não tem a ousadia de reverter um cenário que já há algum tempo se vem agravando, com abate de árvores para construção de edifícios, com concentrações geográficas, bem como com sobre-exploração de atividades, conforme dados da Figura 20.

Pequenas atitudes por parte das empresas poderão apoiar numa reversão, como optar pela não impressão de todos os documentos, priorizando os canais digitais, a opção de reabilitar instalações já existentes em estado de degradação, em prol da degradação de florestas, como também a opção da utilização de sacos de papel reciclado em prol dos muitos sacos de plástico. Algo que também se pode fazer para reverter os cenários supracitados é o combate pelas atividades ilegais de caça e pesca.

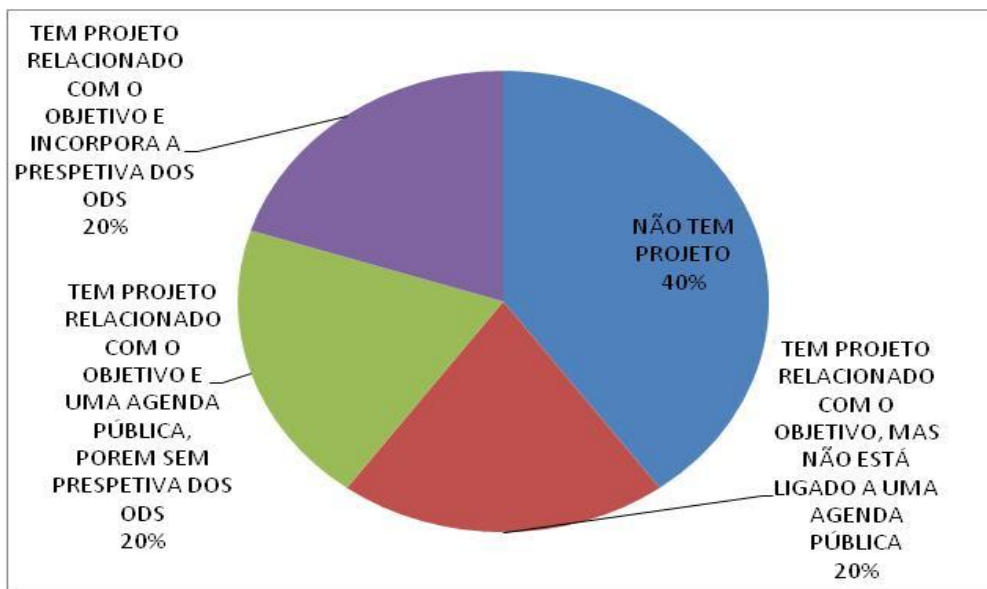


Figura 20- Distribuição do empenho das empresas em relação ao ODS15

No ODS 16. “Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o Desenvolvimento Sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis”, gerou-se o gráfico que consta na Figura 21, em que 67% não tem projeto, o que denota as desigualdades com que todos os dias somos confrontados, apelando a que haja uma maior inclusão dos mais desfavorecidos,

ou que por algum outro aspecto façam ser tratados de forma diferente, inclusivamente no que diz respeito a Tribunais, Estado de Direito, etc... Também dever-se-ia reforçar o controlo no que diz respeito a subornos e corrupções.

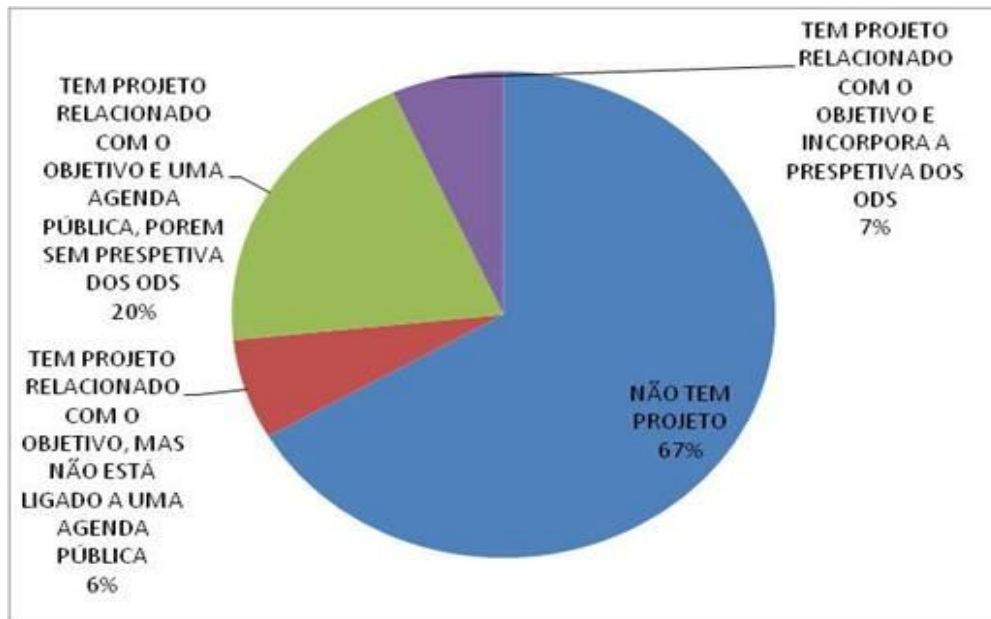


Figura 21- Distribuição do empenho das empresas em relação ao ODS16

No ODS 17. “Fortalecer os mecanismos de implementação e revitalizar a parceria global para o Desenvolvimento Sustentável”, obteve-se a distribuição que consta na representação da Figura 22, em que 60% não tem projeto, o que vai ao encontro do que Ferreira (2020) mencionava, de que “Se a cooperação internacional nunca devia ter tido um momento de descanso para responder as necessidades individuais e globais, os tempos atuais evidenciam em toda a linha a sua extrema necessidade” (Ferreira, 2020:3).

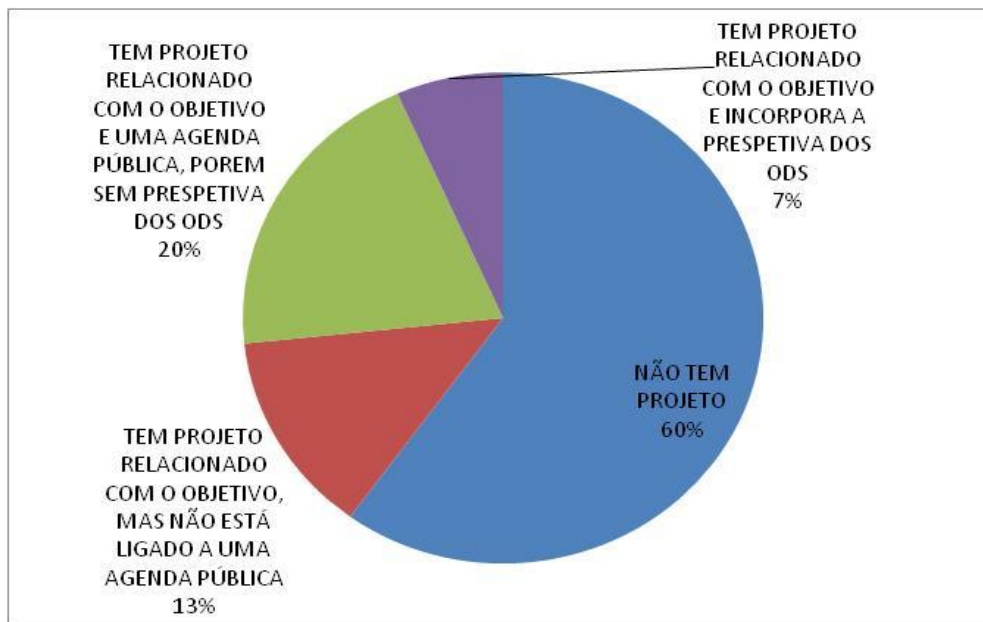


Figura 22- Distribuição do empenho das empresas em relação ao ODS 17

É importante que as entidades reconheçam a urgência em criar iniciativas ligadas ao Desenvolvimento Sustentável, dado que depende de todos o caminho que o nosso planeta vai percorrer.

Para que as entidades criem projetos ligados aos ODS, é necessário também da parte do Governo que se tomem medidas mais coercivas e seguras, dado que no papel do Governo cabe uma responsabilidade pesada, conforme mencionado no artigo de Bornemann e Christen (2021). No entanto, com a análise realizada, verificamos que ainda muito existe a fazer, dado que na maioria dos ODS, a maioria da nossa amostra demonstra a sua passividade de atuação, o que nesta altura já não se deveria verificar.

3.5- Grau de dificuldade em incorporar a perspectiva dos ODS nos seus investimentos

Após análise do desenvolvimento de projetos ligados a cada um dos ODS, cabe verificar qual o grau de dificuldade por parte das entidades em incorporar a perspectiva dos ODS nos seus investimentos, o que poderá vir justificar os resultados obtidos nas questões anteriores.

No que respeita a desenvolver conhecimento técnico-científico, 38% ainda aponta como dificuldade “Média” e 25% como uma dificuldade “Muito Alta”, conforme a Figura 23, pelo que, em suma, revela-se a necessidade de apoiar mais as entidades neste tópico, para que as mesmas sejam capazes de utilizar com familiaridade conceitos mais técnicos, apostando, por exemplo, em formações.

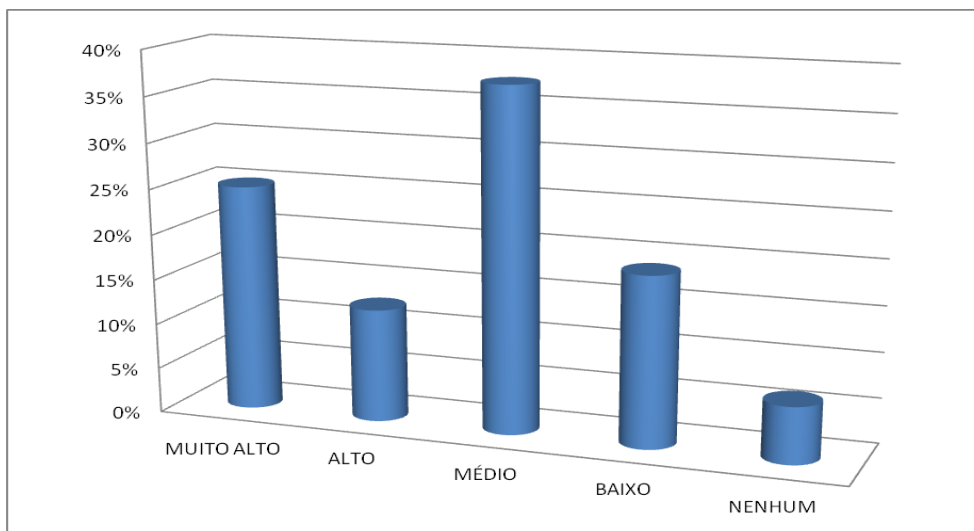


Figura 23- Nível de Dificuldades das Empresas em Desenvolver Conhecimento Técnico-Científico.

Já no que diz respeito a “Identificar ligação dos projetos com os ODS”, verifica-se a seguinte distribuição de resultados, que consta na Figura 24.

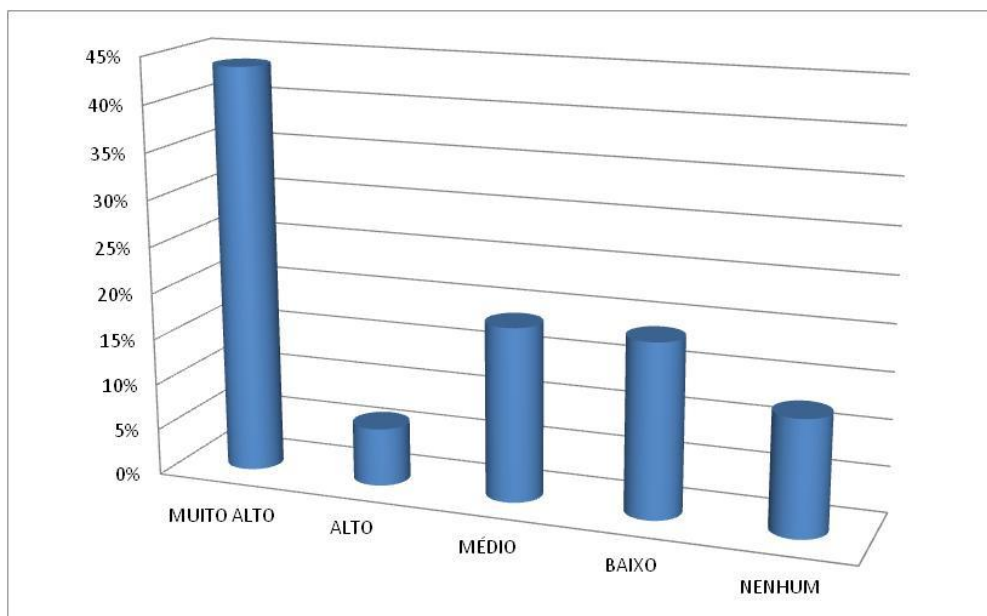


Figura 24- Nível de Dificuldade das Empresas em Identificar Ligação dos Projetos com os ODS.

Os dados da Figura 24 remetem-nos para uma possível justificação das respostas tão negativas facultadas na questão anterior, dado que 44% das entidades aponta uma

dificuldade “Muito Alta” no que respeita a conseguir identificar ligação dos Projetos com os ODS, pelo que dificilmente as entidades conseguirão assim apoiar os restantes cidadãos no que diz respeito a alcançar os objetivos.

O grau de dificuldade de “Reorientar os projetos sociais em curso, com vista a uma maior conexão com os ODS”, segundo as entidades que responderam ao nosso inquérito, consta distribuído na Figura 25, e encontra-se essencialmente “Muito Alto”, dado que com 38% as entidades ainda se encontram aquém de obter esse à vontade com os ODS, que conseguissem reorientar as suas ações em projetos com vista a apoiar o desenvolvimento.

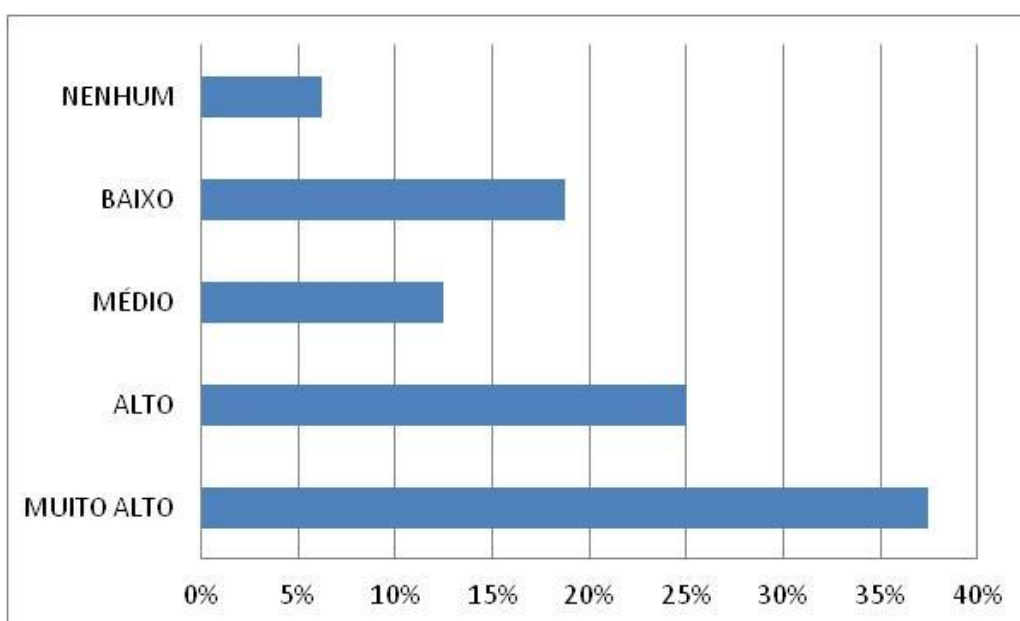


Figura 25- Nível de Dificuldade em Reorientar os Projetos Sociais em curso, com vista a uma maior conexão com os ODS

No que diz respeito às entidades conseguirem “Definir novos projetos que se adequem aos ODS”, ainda 38% das entidades se encontram com dificuldades “Altas” e 38% com dificuldades “Médias”, o que nos permite concluir que, provavelmente, para as empresas que responderam às questões, é mais fácil criar novos projetos do que adaptar os existentes ao necessário para se fazer valer os ODS, possivelmente por possuírem a dita dificuldade em utilizar linguagem mais técnico-científica.

Nas questões “Definir as metas conectadas às metas estabelecidas nos ODS” e “Definir parâmetros de avaliação da conexão dos mesmos”, ainda temos a maioria da

amostra inquirida a apontar uma dificuldade “Alta”, com 38% e 31%, respetivamente, o que denota, uma vez mais, o pouco à vontade que sentem com as próprias definições e reinserções dos ODS.

“Conseguir que diferentes departamentos da empresa se comprometam e se liguem no apoio à proposta de incorporação das diretrizes dos ODS nas suas práticas de negócios” e “Formar equipas com capacidade para gerir projetos sociais”, também são duas ações em que as entidades ainda demonstram e sentem dificuldade “Alta” em realizar, com 38% e 44%, respetivamente.

No que diz respeito à dificuldade em formar equipas com capacidade para gerir projetos sociais, poderemos entender que a dita dificuldade se prende, essencialmente, com as relações interpessoais e a dificuldade que ainda existe dentro das entidades em comunicar. Muitos dos problemas que surgem nas atividades quotidianas partem da falta ou errada comunicação que existe, comunicação essa que deveria ser trabalhada e alvo de desenvolvimento, constantemente.

“Garantir recursos financeiros para investimento em novos projetos”, é já uma ação que por parte das empresas é de “Muito Alta” dificuldade, e o mesmo poder-se-á dever às fases que ultrapassamos, de difícil gestão de capital, bem como aos custos exagerados, que muitas das vezes são necessários a uma entidade para inovar e desenvolver.

A maioria das entidades aponta como “Alta” a dificuldade de “Identificar estratégias inovadoras relacionadas aos ODS”, o que muito provavelmente se deverá à necessidade de conhecer muito bem os ODS para se conseguir estabelecer novas estratégias inovadoras relacionadas com o tema.

Quanto à tarefa de conseguir reconhecer impactos positivos e negativos de um projeto, as respostas são muito semelhantes, apesar de que se sugere que é menos difícil reconhecer um impacto negativo do que um positivo, sendo que metade da amostra inquirida aponta como “Alta” a dificuldade em reconhecer impactos positivos de um projeto, o que poder-se-á justificar com a dificuldade em avaliar o percurso que o mesmo toma.

Curiosamente, “Estabelecer parcerias” é novamente uma ação aponte como “Alta” dificuldade para metade da amostra, o que, uma vez mais, vem ao encontro das dificuldades que as empresas sentem em comunicar e estabelecer entre si ligações.

As empresas tendem em perder-se na procura do caminho mais verde (Bastos, 2017), pelo que se demonstra, conforme os resultados obtidos no estudo empírico, que as mesmas necessitam de ser guiadas e esclarecidas quanto à questão da Sustentabilidade, e da forma como devem adaptar a mesma às suas atividades quotidianas, e para isso cabe reforçar, novamente, a necessidade de apoio que as mesmas deverão ter, por parte dos Governos, por exemplo.

Cabe às empresas combinar “metas e ações em consonância com os Objetivos da ONU, de forma a reduzir os impactos ambientais de seus produtos e promover a justiça social” (WayCarbon, 2019), no entanto com a nossa análise verifica-se que as mesmas tendem em ter dificuldades em relacionar as suas ações com os ODS, bem como familiarizar-se com os mesmos no seu quotidiano.

3.6 - Grau de benefício da inclusão da perspetiva dos ODS em investimentos

Nesta décima e última questão, avalia-se o grau de benefício que as empresas creem ganhar com a inclusão da perspetiva dos ODS em investimentos, das quais realçamos algumas percentagens: 38% acredita que será “Baixo” o benefício no que diz respeito à aplicação da escala de investimentos sociais; também, 38% acredita que o grau de benefício é “Alto” no que diz respeito à visibilidade, o que se realça geralmente como sendo uma das maiores vantagens em lutar pela Sustentabilidade; 44% afirma que será “Alto” o benefício no que diz respeito ao fortalecimento de relações com partes interessadas, mas curioso que consideram maioritariamente “Baixo”, o benefício no que diz respeito às relações com organização da sociedade civil, algo que se acredita que aumenta com a inclusão e luta conjunta por um fim comum.

Já no que diz respeito ao Benefício da Melhoria do Ambiente de Negócios, curiosamente as entidades acreditam que será “Baixo” o benefício que a perspetiva dos ODS trará a esta dimensão, conforme Figura 26.

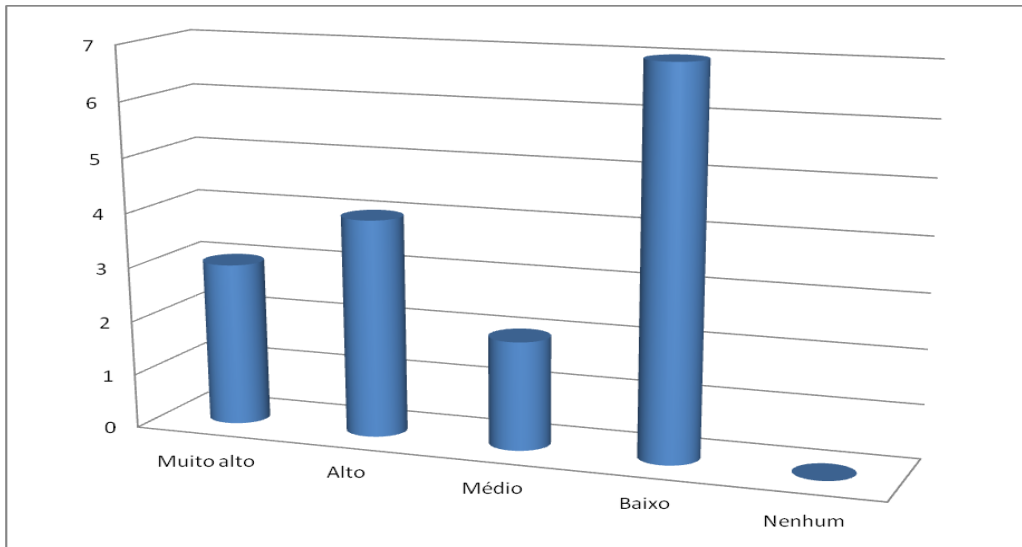


Figura 26- Grau de Benefício da Inclusão da perspectiva dos ODS na Melhoria do Ambiente de Negócios

Que conforme se pode verificar foi aponte como sendo uma repercussão com “Baixo” benefício por 7 das empresas da nossa amostra, quase 50%.

Os benefícios da inclusão da perspectiva dos ODS nos investimentos vêm sendo demonstrados ao longo de todo o trabalho, no entanto cabe reforçar que traz consigo a possibilidade de atração de novos investidores, permissão de acesso a novos mercados, bem como possibilidade de obtenção de vantagem competitiva, para além de proporcionar uma melhor relação dentro e fora da entidade com as comunidades. Benefícios que na nossa análise, parecem encontrar-se como fictícios, dado que as entidades parecem não crer que os mesmos sejam verdadeiros, acabando por considerar um caminho longo e difícil, para algo que sentem que poderão não conseguir alcançar, podendo esta opinião justificar a sua passividade de atuação.

Conclusão

Conforme foi demonstrado ao longo de todo o trabalho, a Agenda 2030 pretende ser uma Agenda global, uma agenda da sociedade civil, das empresas e do Governo, no entanto com a análise do capítulo que se finda, conseguimos verificar que na realidade isso ainda está longe de ser concretizável, dado que muitas das empresas, sejam elas, mais recentes ou mais antigas no mercado, e qualquer que seja a sua dimensão, ainda demonstram carência no que diz respeito ao conhecimento da Agenda 2030 e dos seus 17 ODS, como já havia sido mencionado na obra de Garcia (2019).

Reforça-se a urgência em investir em divulgação, por meios sociais e comunicativos, por ações de formação, alertas consecutivos por parte de entidades governamentais, subsídios, etc... Até porque pela análise da obra de Schmidt, Truninger, Guerra e Prista (2018), se podia concluir que havia vontade por parte da sociedade civil em mudar hábitos enraizados, inclusive em pagar mais por produtos que não exigissem tanto ao Ambiente, o que poderá querer dizer que basta apenas haver algum estímulo por parte de outras entidades para que essa mudança seja feita e seja generalizada, dado que a população não se mostra envolvida, nem a tomar iniciativa, neste tipo de projeto, conforme já vinha sendo demonstrado no estudo de Rodrigues (2020).

Da análise empírica, conclui-se que as empresas não agem de forma mais ativa na Agenda 2030, por dificuldades que sentem em “Definir as metas conectadas às metas estabelecidas nos ODS”, “Definir parâmetros de avaliação da conexão dos mesmos” ou “Identificar ligação dos projetos com os ODS”, tarefas que se tornam essenciais quando se tenta apoiar uma iniciativa.

Em suma, a população empresarial não age por desconhecimento, ou a parte que tem conhecimento não acha que existam benefícios na sua inclusão na atividade quotidiana, tal como quando questionados quanto ao benefício na “Melhoria do Ambiente de Negócios”, a mesma ter respondido maioritariamente quanto a benefícios baixos, algo que vai contra aquilo que se tem vindo a comunicar ao longo do tempo.

No seguimento da realização deste estudo, as limitações e dificuldades sentidas encontraram-se acima de tudo centradas em três pontos. Num primeiro ponto toda a envolvente da situação da pandemia Covid-19, que veio fazer com que este estudo se fosse prologando por mais tempo do que aquele que seria suposto inicialmente, bem como a capacidade de resposta das empresas inquiridas, dado que as que conseguiram

responder demoraram algum tempo a fazê-lo, tendo mesmo que muitas vezes recorrer a um segundo pedido de resposta, bem como entrar em contacto telefonicamente a fazer esse pedido novamente. Uma outra dificuldade sentida prendeu-se com a falta de dados sobre o tema no âmbito das PME's da zona Centro, dado que é ainda um tema não muito abordado em empresas de menor dimensão, o que poderá também justificar o seu desconhecimento, bem como dificuldade em participar ativamente na sua inclusão, dado que muitas são as que acham que estes temas são apenas da responsabilidade de entidades de maior dimensão, o que claramente é errado, conforme Bezerra (2016). A terceira e última dificuldade prende-se com a bibliografia limitada que existe sobre o tema em epígrafe, dado que existe de facto muito material para consulta, no entanto os mesmos baseiam-se nos mesmos documentos origem, pelo que acabam por se resumir aos mesmos pontos de abordagem, não sendo mais novidade.

Quanto a proposta para trabalhos futuros, achamos, tendo em conta, a distribuição obtida, que dever-se-ia estudar as melhores formas de fazer chegar informação sobre a Agenda 2030, dado que ainda há um longo caminho pela frente no que diz respeito a fazer chegar informação, para que, conseqüentemente, se possa atuar de forma mais ativa na sua aplicação nas nossas práticas diárias, sendo que, do ponto de vista pessoal, acreditamos que a melhor forma de fazer chegar este tipo de informações seja a nível das novas tecnologias, como Internet, televisão, rádio, etc...

Acreditamos, também, que uma melhor forma de fazer as empresas terem mais consciência da urgência de mudança de atitudes, bem como de uma maior rapidez em mudar hábitos seus tão enraizados, seja a criação de mais apoios a empresas que comprovem soluções mais sustentáveis na sua atividade recorrente, dado que com a análise empírica realizada acreditamos que o nível de desenvolvimento obtido se deve em grande parte ao não reconhecimento da Agenda 2030, nem de toda a informação que à mesma diz respeito.

A exposição destes assuntos deverá também passar pelas escolas, cada vez mais, para ser também feita chegar esta informação às classes mais jovens, que muitas das vezes são as que fazem os mais velhos atuar, como a nível da reciclagem, por exemplo, e que ao chegarem ao mundo do trabalho poderão e deverão inculir estas novas ideias no quotidiano da entidade, informação que se deverá fazer chegar através da exposição de assuntos em aulas, debates, mas também de documentários com imagens mais marcantes, do que se está a verificar no nosso planeta, como os mares cheios de plástico que estão a fazer com que tantas e tantas espécies, se extingam, para que assim,

também, os mesmos entendam a urgência que temos em mudar atitudes que enraizamos como tão corretas e que afinal muitas das vezes não o são.

Referências Bibliográficas

Agência Portuguesa do Ambiente (APA). (2007). *Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável – SIDS Portugal*, Amadora.

Almeida, F. (2007). *Os Desafios da Sustentabilidade*. Editor Campus.

Ashley P.A. (2002). *Ética e Responsabilidade Social nos Negócios*. São Paulo: Saraiva.

Associação Portuguesa de Ética Empresarial: APEE. (s.d.). Acesso em 24 de maio de 2021. Disponível em: <https://www.apee.pt/>

Bansal, P. e Roth, K. (2000). *Why Companies Go Green: A Model of Ecological Responsiveness*. *Academy of Management Journal*. 43.

Barbier, E. B., e Burgess, J. C. (2020). *Sustainability and Development after COVID-19*. *World Development*, 135.

Bastos, C. (2017). *Adoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável por grandes empresas portuguesas: enfoque da integração e as lógicas subjacentes*. (Tese de Mestrado, Instituto Universitário de Lisboa- Escola de Ciências Sociais e Humanas) – disponível em: https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/15305/4/master_cristina_silva_bastos.pdf

Beck, U. (2009). *Critical Theory of World Risk Society: A Cosmopolitan Vision*. *Constellations: na international journal of critical and democratic theory*.

Bell, S. e Morse, S. (2008). *Sustainability Indicators: Measuring the Immeasurable*. *Journal of Rural Studies*. 16.

Bezerra, A. (2016). *A responsabilidade social em Portugal nas PMEs: realidade ou utopia?*. (Tese de Mestrado, Escola de Economia e Gestão da Univerdade do Minho). Repositório aberto da Universidade do Minho. Disponível em <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/42788> .

Bornemann, B. e Christen, M. (2021). *Governo de Sustentabilidade potencial para a implementação da Agenda 2030, nos Cantões Suíços*. *Politics and Governance* . Vol. 9: 187-199. Disponível em

https://www.researchgate.net/publication/349639564_A_New_Generation_of_Sustainability_Governance_Potentials_for_2030_Agenda_Implementation_in_Swiss_Cantons.

Bosselmann, K. (2008). *The principle of sustainability : transforming law and governance*, British Library.

Bowen, G., Appiah, D. e Okafor, S. (2020). *The Influence of Corporate social Responsibility (CSR) and Social Media on the Strategy Formulation Process*. Sustainability, MDPI, Open Access Journal, vol. 12: 1-13. Disponível em: <https://ideas.repec.org/a/gam/jsusta/v12y2020i15p6057-d390914.html> .

Business Council for Sustainable Development (BCSD)- Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável. (s.d.). *Carta de Princípios*. Acesso em 24 de maio de 2021. Disponível em : <https://bcdportugal.org/carta-principios/>

Business Council for Sustainable Development (BCSD)- Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável. (s.d.). *ODS 02: “Milk Start” e “O Pequeno-Almoço Dá Força” Jerónimo Martins*. Acesso em 10 de julho de 2021. Disponível em: <https://www.ods.pt/casos-de-estudo/jeronimo-martins/ods-02-jeronimo-martins-milky-start-pequeno-almoco-da-forca/>

Câmara Municipal de Arganil. (s.d.). *Guia de Boas Práticas: Empresas e Sustentabilidade*. Acesso em 20 de julho de 2021. Disponível em: https://www.cm-arganil.pt/agenda21local/docs/Projecto/Guia%20Boas%20Praticas_Empresas.pdf

Carrol, A.B. (1999). *Corporate Social Responsibility: Evolution of a Definitional Construct*. Volume 38: 268-295. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/000765039903800303>.

Comissão das Comunidades Europeias. (2001). *Livro Verde: promover um quadro europeu para a Responsabilidade Social das Empresas*. Bruxelas.

Comissão Europeia. (2011). *Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité económico e social europeu e ao comité das regiões: Responsabilidade social das empresas: uma nova estratégia da UE para o período de 2011-2014*.

Comissão Europeia. (2016). *Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité económico e social europeu e ao comité das regiões : Próximas etapas para um futuro europeu sustentável*.

Comissão Mundial do Ambiente e do Desenvolvimento. (1987). *O Nosso Futuro Comum*, Milibérica Liber, Lisboa.

Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável (CNADS). (2003). *Contributo para o Estabelecimento de um Sistema Nacional de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável*, Lisboa: Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável.

Dasgupta, S.; Deichman, U.; Meisner, C. e Wheeler, D. (2003). *The Poverty/Environment Nexus in Cambodia and Lao People's Democratic Republic*. World Bank Policy Working Paper 2960.

Davis, K. e Blomstrom, R. (1975). *Business and society: Environment and responsibility*. New York: McGraw-Hill.

Decreto-Lei n.º 9/92 de 22 de janeiro. Diário da República n.º 18/1992, Série I-A de 1992-01-22. Disponível em <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/9/1992/01/22/p/dre/pt/html> .

Ditlev-Simonsen, C. e Midttun, A. (2011). *What motivates managers to pursue corporate responsibility? A survey among key stakeholders*. Corporate Social Responsibility and Environmental Management, 18: 25-38.

Drucker, P. F. (1984). *The new meaning of corporate social responsibility*. California Management Review, 26: 53-63.

Dyllick, T. e Hockerts, K. (2002). *Beyond the Business Case for Corporate Sustainability*. University of St.Gallen. 11.

Easterly, W. (2015). *The SDGs should stand for senseless, dreamy, garbled*. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2015/09/28/the-sdgs-are-utopian-andworthless-mdgs-development-rise-of-the-rest/>

EDP. (s.d.). *ODS7 – Energias Renováveis e acessíveis*. Acesso em 17 de maio de 2021. Disponível em: <https://www.edp.com/pt-pt/sustentabilidade/ods-7-energias-renovaveis-e-acessiveis>.

Ekbohm, A e Bojo, J. (1999). *Poverty and Environment: Evidence of Links and Integration into the Country Assistance Strategy Process*. Environment Group. The World Bank. Discussion Paper n. 4.

Engert, S. e Baumgartner, R. (2016). *Corporate sustainability strategy – bridging the gap between formulation and implementation*. Journal of Cleaner Production. 113.

Espeland, W. e Sauder, M. (2007). *Rankings and Reactivity: How Public Measures Recreate Social Worlds*. American Journal of Sociology – Amer J Sociol. 113: 1-40.

Eurostat. (2017). Acesso em 20 de maio de 2021. <https://ec.europa.eu/eurostat/web/products-statistical-books/-/ks-04-17-780>

Eurostat. (2020). *Sustainable development in the European Union monitoring report on progress towards the SDGs in na EU context*. Edição de 2020.

Faria, M. (2015). *Responsabilidade Social Empresarial: Relato e análise económica e financeira*. Vida Económica.

Fecond. (2017). Acesso em 20 de maio de 2021. <https://www.fecondg.org/2017/05/09/o-novo-consenso-europeu-de-desenvolvimento-a-seguranca-e-as-migracoes-em-primeiro-lugar/>

Ferrão, J. (2014). *A interdisciplinaridade na investigação científica e no ensino*. Apresentação ao 1º Congresso de Geografia da Saúde dos Países de Língua Portuguesa, Universidade de Coimbra. Disponível em: http://www.uc.pt/fluc/gigs/geosaud/Interdisciplinaridade_JF_24Abril2014.pdf.

Ferreira, D. V. (2008), *Atitude Socialmente Responsável ou Estratégia Comercial: O Caso do Pacto Global*. Fundação Getúlio Vargas. Centro de Formação Académica e de Pesquisa. (Dissertação de Mestrado Executivo em Gestão Empresarial. Rio de Janeiro.

Ferreira, M.E. (Junho 2020). *Cooperação internacional e Covid-19, uma janela de oportunidade?*. Revista A Pandemia de Covid-19 e os Desafios do Desenvolvimento. Plataforma Portuguesa das ONGD- Edição Especial.

Ferreira, P. M. (Junho de 2020). *O roteiro para o desenvolvimento global até 2030*. Revista A Pandemia de Covid-19 e os Desafios do Desenvolvimento. Plataforma Portuguesa das ONGD- Edição Especial.

Ferreira, P. M. (Março de 2020). *Rumo a 2030: Os municípios e os objetivos de desenvolvimento sustentável*. Instituto Marquês de Valle Flor. Lisboa. Disponível em: <https://ods.imvf.org/wp-content/uploads/2020/10/Recursos-estudo-rumo-a-2030-os-municipios-e-os-ods.pdf>.

Francisco. (2015). *Carta Encíclica Laudato Si do Santo Padre Francisco sobre o Cuidado da Casa Comum*. Cidade do Vaticano: Tipografia Vaticana.

Fredericks, J. (2014). *Eight Myths of Disengagement: Creating Classrooms of Deep Learning*.

Freeman, I. e Hasnaoui, A. (2011). *The Meaning of Corporate Social Responsibility: The Vision of Four Nations*. *Journal of Business Ethics*. 100: 419-443.

Frey, D. e MacNaughton G. (2016). *A Human Rights Lens on Full Employment and Decent Work in the 2030 Sustainable Development Agenda*. Vol. 6.

Friedman, M. (1962). *Capitalism and freedom*. Chicago : University of Chicago Press.

Fundação Dom Cabral (FDC). (s.d.). *Aplicação da ISO 26000 Diretrizes Sobre Responsabilidade Social*. Acesso em 11 de maio de 2021. Disponível em http://www.fdc.org.br/hotsites/mail/livro_sustentabilidade_poder/sustentabilidade-poder-e-funcoes-organizacionais/aplicacao-da-ISO26000-diretrizes-sobre-responsabilidade-social.html

Garcia, R. (2019). *Responsabilidade Social e o seu Impacto nas empresas*. (Dissertação de Mestrado: ISCAC). Repositório Comum Iscac. Disponível em : <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/31471>.

Global Compact. Acesso em 24 de maio de 2021. Disponível em: <https://globalcompact.pt/>

Grace. Acesso em 24 de maio de 2021. Disponível em: <https://grace.pt/>

Heemskerk, M., Norton, A. e Dehn, L. (Junho de 2004). *Does Public Welfare Crowd Out Informal Safety Nets? Ethnographic Evidence from Rural Latin America*, *World Development*, Elsevier, vol. 32(6): 941-955. Disponível em <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0305750X04000452>.

Instituto Nacional de Estatística (INE). (2019). *Empresas em Portugal – 2019*. Instituto Nacional de Estatística, I. P.

Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD). (2010). *Contribuição de Portugal para os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio Relatório de 2009*. Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento.

Instituto Português de Corporate Governance. (s.d.). *A Responsabilidade Social das empresas (RSE)*. Acesso em 20 de maio de 2021. Disponível em: <https://cgov.pt/base-dados/artigos-e-estudos/326-a-responsabilidade-social-das-empresas-rse>

Jackson, T. (2009). *Prosperity without Growth: Economics for a Finite Planet*. London: Earthscan.

Jones , A.. Mair, S., Ward, J., Druckman, A.. Lyon, F.. Christie, I. e Hafner, S. (2016). *Indicators for sustainable prosperity? Challenges and potentials for indicator use in political processes*. CUSP Working Paper n. 3. Guildford : University of Surrey. Disponível em : https://www.researchgate.net/publication/309409139_Indicators_For_Sustainable_Prospereity_Challenges_And_Potentials_For_Indicator_Use_In_Political_Processes.

Jones, T. (1980). *Corporate social responsibility revisited, redefined*. California Management Review: 59-67.

Kolk A. e Mauser A. (2002). *The evolution of environmental management: from stage models to performance evaluation*. Business Strategy and the Environment.

Latouche, S. (2005). *Décoloniser l'imaginaire – la pensée créative contre l'économie de l'absurde*. Lyon: Parangon.

Lee, P. (2008). *A Review of the Theories of Corporate Social Responsibility: Its Evolutionary Path and the Road Ahead*. International Journal of Management Reviews. 10: 53 – 73.

Lei n.º 141/85 de 14 de novembro. Diário da República n.º 262/1985, Série I de 1985-11-14. Disponível em <https://data.dre.pt/eli/lei/141/1985/11/14/p/dre/pt/html>

Lei n.º 99/2003 de 27 de agosto. Diário da República n.º 197/2003, Série I-A de 2003-08-27. Disponível em <https://data.dre.pt/eli/lei/99/2003/08/27/p/dre/pt/html> .

Levitt, T. (1958). *The dangers of social responsibility*. Harvard Business Review, v. 36, n. 5: 41-50.

Lozano, R., Ceulemans, K., e Seatter, C. S. (2015). *Teaching organisational change management for sustainability: designing and delivering a course at the University of Leeds to better prepare future sustainability change agents*. Journal of Cleaner Production, 106: 205-215.

Mair S., Jones A., Ward J., Christie I., Druckman A. e Lyon F. (2018). *A Critical Review of the Role of Indicators in Implementing the Sustainable Development Goals*. Handbook of Sustainability Science and Research : 41-56.

Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), (2014). *Conceito Estratégico da Cooperação Portuguesa 2014-2020*. Disponível em: http://www.institutocamoes.pt/images/cooperacao/160208B_ConceitoEstrategico_bilingue.pdf

Mink, S. D. (1993). *Poverty, population, and the environment*. World Bank Discussion Paper, n. 189.

Mintzberg, H. (1980). *Structure in 5's: A Synthesis of the Research on Organization Design*. Management science, 26(3): 322-341.

Monteiro, J. L. (Junho 2020). *Covid-19 e outras catástrofes anunciadas*. Revista da Plataforma Portuguesa das ONGD – Edição Especial A Pandemia de Covid-19 e os Desafios do Desenvolvimento.

Naidoo, R.. e Fisher, B. (2020). *Sustainable Development Goals: pandemic reset*. Nature. 583: 198-201. Disponível em: [d41586-020-01999-x.pdf](https://www.nature.com/articles/d41586-020-01999-x) (nature.com)

Nakicenovic, N., Visbeck, M. e Stevance, A. S. (2015). *Policy: Five priorities for the UN Sustainable Development Goals*. Nature. 520: 432-433. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/275277056_Policy_Five_priorities_for_the_UN_Sustainable_Development_Goals.

Neto, F. e Froes, C. (1999). *Responsabilidade Social e Cidadania Empresarial*, Ed. Qualitymark.

Okado, G. e Quinelli, L. (2016). *Megatendências Mundiais 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): uma reflexão preliminar sobre a "Nova Agenda" das Nações Unidas*. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/baru/article/view/5266>.

Oliveira, C.; Trindade, J. e Carrilho, T. (2020). - *E-Sustainability 2020: atas do Seminário Doutoral | Universidade Aberta (Portugal) | Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (Brasil)*. Lisboa: Universidade Aberta, 100p. (eUAb. Ciência e cultura; 9). Disponível em: <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/10225>.

Oliveira, J. (2007), *Empresas na sociedade: sustentabilidade e responsabilidade social*. Rio de Janeiro, Editora Campus/Elsevier.

Organização das Nações Unidas (ONU). (1972). *Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano*, Estocolmo: Organização das Nações Unidas.

Organização das Nações Unidas (ONU). (1992). *Agenda 21: Programa de Acção para o Desenvolvimento Sustentável*. Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento, Texto final dos acordos negociados pelos Governos na Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento, Nova Iorque, Nações Unidas

Organização das Nações Unidas (ONU) . (1992). *Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento*, Rio de Janeiro: Organização das Nações Unidas.

Organização das Nações Unidas (ONU). (2002). *Declaração de Joanesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável*, Joanesburgo: Organização das Nações Unidas.

Organização das Nações Unidas (ONU) . (2012). *Declaração Final da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20): O Futuro que Queremos*, Rio de Janeiro: Organização das Nações Unidas.

Organização das Nações Unidas (ONU), (2015). *Sustainable Development Agenda – 17 Goals to Transform Our World*. Disponível em: <http://www.un.org/sustainabledevelopment/development-agenda/United Nations>.

Organização das Nações Unidas (ONU). (25 de setembro de 2015). *Resolução A/RES/70/1. Transformar o nosso mundo: Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável*.

Organização das Nações Unidas (ONU). (2016). *The Sustainable Development Goals Report 2016*. Disponível em: <https://unstats.un.org/sdgs/report/2016/The%20Sustainable%20Development%20Goals%20Report%202016.pdf>.

Organização das Nações Unidas (ONU). (2020). *The Sustainable Development Goals Report 2020*. Disponível em: <https://unstats.un.org/sdgs/report/2020/The-Sustainable-Development-Goals-Report-2020.pdf>.

Organização das Nações Unidas (ONU). (maio de 2021). *OMS e Unicef querem sistema global para monitorar acesso universal à água*. Disponível em <https://news.un.org/pt/story/2021/05/1749452>.

Pádua, S. e Tabanez, M. (1998). *Educação ambiental: caminhos trilhados no Brasil*. São Paulo: Ipê.

Pereira, M. (2020). *A Responsabilidade Social e a performance nas PMEs: O papel da inovação*. Departamento de Economia, Gestão da Universidade de Aveiro: Dissertação de Mestrado. Repositório Institucional da Universidade de Aveiro. Disponível em <https://ria.ua.pt/handle/10773/29196>.

Perroux, F. (1969). *A economia do século XX*. Lisboa: Livraria Moraes.

Porter, M. e Linde, C. (1995). *Toward a New Conception of the Environment-Competitiveness Relationship*. *Journal of Economic Perspectives*, 9 (4): 97-118.

PWC. (2017). *Os desafios das empresas portuguesas na priorização dos ODS e no relato não-financeiro 2017 Estará a sua empresa preparada?* Disponível em: <https://www.pwc.pt/pt/sustentabilidade/ods/pwc-report-ods.pdf>.

Redclift, M. e Springett D. (2015). *Sustainable development: History and evolution of the concept*. *Routledge International Handbook of Sustainable Development*: 3-38.

Reigota, M. (1998). *Desafios à educação ambiental escolar*. In: JACOBI, P. et al., (orgs.) . *Educação, meio ambiente e cidadania: reflexões e experiências*. São Paulo: SMA: 43-50.

Rodrigues, C.C. (2001). *Climate Change and Defence Roadmap: O clima, a defesa e a segurança na Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia 2021*. Lisboa. IDN- Instituto da Defesa Nacional. Repositório Comum IDN Brief. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/35157>.

Rodrigues, T. I. (2020). *Sustentabilidade social, cultural e qualidade de vida no concelho de Portalegre: perspectivas e expectativas*. Seminário Doutoral Anual do Doutoramento em Sustentabilidade Social e Desenvolvimento, da Universidade Aberta de Portugal.

Santos, S. e Dias, R. (2008). *Sustentabilidade, Competitividade e Equidade Ambiental e Social*. Editora Almedina.

Schmidt, L., Truninger, M., Guerra, J. e Prista, P. (2018). *Sustentabilidade- Primeiro Grande Inquérito em Portugal*. ICS. Imprensa de Ciências Sociais. Lisboa.

SDG Compass. (2016). *Diretrizes para implementação dos ODS na estratégia dos negócios*. Disponível em: https://sdgcompass.org/wp-content/uploads/2016/04/SDG_Compass_Portuguese.pdf. (consultado em 19 de Julho de 2021).

Serageldin, I. (1995). *Toward Sustainable Management of Water Resources*, Washington, D.C. :Wordl Bank.

SGS. (s.d.). SA-8000. Acesso em 24 de maio de 2021. Disponível em: <https://www.sgs.pt/pt-pt/sustainability/social-sustainability/audit-certification-and-verification/sa-8000-certification-social-accountability>

Shrivastava P. e Hart S. (1995). *Creating sustainable corporations*. Business Strategy and the Environment.

The Navigator Company. (s.d.). *Política de Sustentabilidade*. Acesso em 20 de maio de 2021. Disponível em: <http://www.thenavigatorcompany.com/Sustentabilidade/Floresta-Sustentavel/Politica-de-Sustentabilidade>

Undesa. (2020). *Multi-stakeholder engagement in 2030 Agenda Implementation : a review reports 2016-2019*. Departamento de Assuntos económicos e sociais. Nações Unidas.

Vivien, F. (1994) . *Économie et écologie*. Paris: Éditions la Decouverte.

Warde, A. (2017). *Consumption: a sociological analysis*. New York, Palgrave Macmillan.

WayCarbon. (2019). *ODS incorporados pelas empresas*. Acesso em 20 de junho de 2021. Disponível em: <https://blog.waycarbon.com/2019/03/ods-incorporados-pelas-empresas/>